



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, Maio de 2010



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA
Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE FAZENDA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Fabricio R. Valle Dantas Leite

SUBSECRETÁRIO DE ESTUDOS ECÔNOMICOS

Sérgio Guimarães Ferreira

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Ricardo José de Souza Pinheiro

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL
Carolina Tomaz Barbosa Corrêa

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Josélia Castro de Albuquerque

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Marco Aurélio Alves de Mendonça

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Bruna Beatriz Daniel

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fabrício Marques Santos

Fernanda Stiebler

Gabriel Silva de Goes Rodrigues

Gustavo Tavares Lameiro da Costa

João Vitor Pereira Pedrosa

Larissa Silva Carvalho

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luana de Oliveira Cunha

Luciana Gerber dos Reis Velloso

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Raphael Philipe Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Renata dos Santos

Renata Gomes Rimes de Almeida

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A freqüência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, nº 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070 - 000

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO.....	7
Apresentação	9
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	12
II. Resultado Fiscal.....	13
II.1 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	13
II.2 Resultado Orçamentário com RIOPREVIDÊNCIA.....	16
II.3 Resultado Primário.....	16
III. Receita Estadual	17
III.1 Receitas Correntes	17
III.1.1 Receita Tributária	19
BOX 1 – Panorama Econômico ERJ.....	21
III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties.....	24
III.1.3 Receita de Transferências	25
III.1.4 Demais Receitas Correntes	26
III.2 Receitas de Capital	28
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	30
IV.1 Despesa por Fonte de Recurso	31
IV. 2 Despesa por grupo	31
IV. 3 Despesa por área de governo	35
IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional	35
BOX 2 – Despesas da Área Saúde financiadas com Outras Fontes	38
IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional.....	40
BOX 3 – Despesas da Área de Educação financiadas com Outras Fontes de Recursos	44
IV. 3.3 FECAM	45
IV. 3.4 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	46
BOX 4 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO ERJ (DER)	50



IV.4 Cota Financeira	51
V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	53
V.1 Cota Financeira	53
V.2. Pagamento de PD's.....	54
V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	55
V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	56
V. 5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados.....	59
V.6 Requisições Judiciais de Pagamento Precatórios.....	60
V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública	62
BOX 5 – REFIS PASEP	67
V.8 Acompanhamento financeiro de Convênios.....	67
V.9. Sistema de Gestão de Qualidade na Subsecretaria de Finanças	69

ANEXOS

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada por Função - Fontes Tesouro e Outras Fontes

Anexo 8 – Execução Orçamentária Mar-Abr/2009-2010 Programa de Aceleração do Crescimento

Anexo 9 – Execução Orçamentária Mar-Abr /2009-2010 Secretaria de Saúde e Defesa Civil

Anexo 10 – Execução Orçamentária Mar-Abr /2009-2010 Secretaria de Educação

Anexo 11 – Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil – Índice Saúde

RESUMO EXECUTIVO

O segundo bimestre de 2010 teve como marcos significativos, a saber: a conclusão da revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, pelo Estado do Rio de Janeiro e pela Secretaria do Tesouro Nacional, para o triênio 2010-2012; e a obtenção pelo Estado do Grau de Investimento internacional, estabelecido pela classificadora de risco *Standard & Poors*, em 30 de março de 2010, na esteira do conjunto das ações conduzidas pelo governo nos últimos três anos.

Os resultados orçamentário (R\$ -565 milhões) e **primário** (R\$ 1.61 bilhão) refletem o déficit sazonal do RIOPREVIDENCIA, apesar de apresentaram recuperação em relação ao começo de 2009.

O evolução favorável das receitas estaduais é decorrente principalmente do crescimento nominal de 16,7% na arrecadação do ICMS no acumulado do ano e pela recuperação das participações do petróleo em 150,1% no bimestre e 76,9% no quadrimestre. O crescimento do ICMS é fruto da recuperação econômica e das ações de fiscalização da Secretaria de Estado de Fazenda. A elevação nos preços do barril do petróleo deve implicar o acúmulo de reservas pelo RIOPREVIDÊNCIA sem sobressaltos. A prorrogação do **REFIS estadual**, até o fim do segundo bimestre, também colaborou sobremaneira para a recuperação das receitas estaduais.

No gasto, verifica-se crescimento das despesas de pessoal da ordem de 11,4%, causado em parte por aumentos de remuneração para Educação e Segurança, assim como por novas políticas de premiação por resultado na segurança e, a partir da LC 134/2009, na fiscalização tributária.

As despesas de custeio do Poder Executivo cresceram 14,1%, basicamente por conta da maior oferta de serviços de saúde, com a implantação das UPAs (30 já em funcionamento, sendo cerca de 8 com gestão integrada com as Prefeituras), além do Projeto Climatizar, na área de Educação, o qual já está implantado nas salas de aula de 434 unidades escolares. Merece destaque, a implantação do Bilhete Único, benefício tarifário, com redução das tarifas praticadas nos serviços de transporte intermunicipal, no qual o Estado subsidia as empresas de transporte, requerendo cerca de R\$16 milhões/mês. O Programa já beneficia aproximadamente 15 milhões de usuários por mês.

A aceleração do investimento que caracterizou 2009 reforçou-se, com o empenho de R\$1.705 milhões, e a liquidação de R\$568,7 milhões no acumulado, representando elevação respectiva de 84% e 215%. Por conta disso, a participação do Tesouro do Estado no financiamento do PAC continua expressiva.

No que tange a administração financeira estadual, verificou-se que o índice de utilização da Cota Financeira liberada – nas Fontes de Recurso - FR sob a gestão do Tesouro Estadual – foi elevado de 70,3%, em 2009 (2º bimestre), para aproximadamente 91% neste ano, reflexo das mudanças introduzidas na Cota Financeira.

O percentual de Programações de Desembolso – PD's pagas em relação a cota financeira utilizada também manteve-se alto (84,4%). Até o abril o Tesouro pagou todas as PD's pertinentes a restos a pagar de 2009, que se encontravam aptas para execução, feito inédito.

No 2º bimestre, o prazo médio de pagamentos, após a emissão da Programação de Desembolso - PD foi inferior a 11 dias. Sendo que, aproximadamente, 94% das PD's emitidas pelos órgãos e entidades estaduais foram pagas pelo Tesouro do Estado em até 20 dias após a data de sua emissão e menos de 1% foi paga após 30 dias.

Os fundos, nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram bom desempenho nesse período, obtendo em média 99% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – *benchmark* dos fundos).

Já na execução de despesas com serviços públicos essenciais incluídos no Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias - SIPC¹, no período de janeiro a abril de 2010, foi registrado o faturamento de R\$ 51 milhões, tendo sido quitados 84% dessa importância, ou seja, R\$ 42 milhões.

No total, até o 2º bimestre, o Tesouro Estadual desembolsou R\$ 63 milhões com serviços públicos essenciais prestados pelas concessionárias aos órgãos estaduais.² Este montante represou 26% da dotação orçamentária disponibilizada, em 2010, no Programa de Trabalho específico para esse fim.

Dado o cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados nos exercícios de 2002 a 2006, neste período não foram executados pagamentos. No entanto, em março foi realizada a segunda oferta pública de recursos, pertinente ao Programa, na qual 137 parcelas foram antecipadas, somando o valor de face de R\$ 9.871.723,34, com um desembolso efetivo de R\$ 6.703.722,48, representando uma economia de R\$ 3.164.000,86.

Quanto ao pagamento de precatórios, tendo em vista que o Estado continua aguardando o levantamento do estoque de precatórios pelos Tribunais, para que possam ser aplicadas as novas regras de atualização e pagamento, introduzidas pela EC. 62, no 2º bimestre, continuou-se apenas horando com os acordos de parcelamentos de precatórios, firmados no exercício passado, que totalizaram um desembolso de R\$ 23,7 milhões. Contudo, neste período, foram pagas 130 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 573.364,99.

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 769 milhões com o serviço da dívida³, no 2º bimestre de 2009, valor 116% superior ao pago no 1º bimestre.

O estoque da Dívida Financeira somou R\$ 53 bilhões, já o estoque da dívida externa, que corresponde a 2,35% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com o saldo de R\$1,25 bilhão, 9,49% menor que o verificado no primeiro bimestre de 2010, refletindo a apreciação do real frente ao dólar. Foram liberados R\$ 56 milhões de receita de operações de créditos, no segundo bimestre de 2010. Desse montante, R\$ 29,97 milhões foram destinados para o Programa Estadual de Transportes – PET II (recursos provenientes do BIRD); R\$ 19,97 milhões, ao Programa de Sustentação de Investimentos (recursos provenientes do B. Brasil); e R\$ 3,94 milhões, ao Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES).

No que tange a transferências voluntárias de recursos, o Estado do Rio de Janeiro encerrou o 2º bimestre de 2010 com 393 Convênios de Receita e 540 Convênios de Despesa vigentes.⁴

Por fim, cabe destacar que buscando efetivar uma modernização institucional, a Subsecretaria de Finanças (SUBFIN) iniciou o processo de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade com a finalidade de obter o certificado da norma NBR ISO 9001:2008.

¹ O SIPC foi criado por meio do Decreto 35.670/2004

² Estão incluídas nesse total apenas as despesas executadas com Fontes de Recursos do Tesouro disponibilizadas no Programa de Trabalho – Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública.

³ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

⁴ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais.

Apresentação

Este é o décimo quarto número do boletim bimestral de transparência fiscal preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o segundo referente ao exercício de 2010. Seu objetivo continua sendo o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes, a saber: a primeira liga-se à solvência e previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprimento das obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

(...) "Conter despesa não é uma tarefa simples nem agradável. Isso porque, em geral, as proposições de novos gastos são de boafé e cheias de mérito. Mas governar é exatamente fazer escolhas e muitas vezes deixar de fazer coisas importantes em troca das essenciais. O fato positivo das boas escolhas, entretanto, é que os impactos para a sociedade costumam ser altamente positivos e duradouros.

Em outras palavras, quando o governo entende que não pode fazer tudo e deixa de fazer algumas coisas em nome do equilíbrio de suas contas, transmite efeitos positivos ao conjunto da economia, sustentando a estabilidade e o crescimento, permitindo que, ao longo do tempo, a própria sociedade amplie suas escolhas e suas realizações." Antonio Palocci Filho

avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

O boletim procura proporcionar esses detalhes com rapidez, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias depois de efetuado seu pagamento, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 18/05/2010.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição, assim como nas seis edições do Boletim em 2009, deixou-se de incluir os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE e da Imprensa Oficial do Estado - IO, nas contas do Estado, pois essas empresas são não-dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As duas seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais e das metas correspondentes. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita e inclui um resumo da evolução dos principais indicadores econômicos do Estado. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, notadamente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde,

O Boletim procura dar, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade

Nesta edição, assim como nas seis edições do boletim em 2009, não se apresentam os resultados da CEDAE como parte das contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada “não dependente” de acordo com as regras da LRF.



Educação e conservação do Meio Ambiente, assim como do PAC. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais⁵ de arrecadação para 2010 foram divulgadas através da Resolução SEFAZ nº 276/2010, publicada em fevereiro deste ano.

As receitas totais ficaram 0,2% abaixo da meta bimestral e permanecem 1,9% abaixo da meta projetada no acumulado do ano. Isto se deve ao atraso nas liberações das operações de crédito e pelo cronograma de desembolso dos convênios do PAC. Por conta disso, este item da receita ficou 90,9% abaixo da meta inicial.

No bimestre, as Receitas Correntes apresentaram desempenho 7,4% acima do projetado. Grande parte deste aumento deu-se por causa da arrecadação tributária, 9% além do previsto, sendo influenciada, principalmente, pelo o crescimento de 16,5% da arrecadação do ICMS (Ver Tabela 7 na seção III.1.1) no período. Outra rubrica que afetou o cumprimento das metas compreende as Outras Receitas Correntes, cujo crescimento de 80,3% foi decorrente, em grande parte, devido ao recente incremento das Receitas da Dívida Ativa com o advento do Refis Estadual.

Cabe lembrar que as metas bimestrais já levam em conta as receitas provenientes do recebimento dos valores devidos por concessionárias de petróleo na esteira do termo de acordo celebrado com a interveniência da AGU – Advocacia Geral da União e da ANP – Agência Nacional de Petróleo, relativas a pendência de pagamento de participações especiais sobre a produção do campo de Marlim, alusivos principalmente ao período anterior a 2002.

A maioria das Receitas Correntes apresentou desempenho acima da meta. Aquelas que ficaram abaixo, o destaque fica por conta das receitas de agropecuária que não correspondeu às expectativas, apresentando um

As Receitas Correntes apresentaram desempenho 7,4% acima do previsto, decorrência da melhoria na arrecadação do ICMS, e nas Receitas Patrimoniais.

Tabela 1

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA (MAR-ABR 2010)
(art 8º da LRF)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAR-ABR) 2010	RECEITA REALIZADA (MAR-ABR) 2010	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-ABR) 2010	RECEITA REALIZADA (JAN-ABR) 2010	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES	6.542,10	7.023,72	107,4%	14.596,61	15.382,58	105,4%
TRIBUT.	4.434,35	4.832,35	109,0%	9.322,29	10.021,98	107,5%
CONTRIB.	144,90	173,07	119,4%	289,80	317,11	109,4%
PATRIM.	857,06	855,40	99,8%	2.684,83	2.880,86	107,3%
AGROPEC.	0,03	0,01	29,3%	0,06	0,02	29,7%
INDUST.	0,23	0,42	178,5%	0,48	0,50	520,3%
SERV.	53,88	51,00	94,6%	111,45	90,70	81,4%
TRANSF. CORR.	891,90	823,53	92,3%	1.867,93	1.624,15	86,9%
OUTRAS	159,74	287,95	180,3%	319,76	445,28	139,3%
REC. CAPITAL	592,22	93,57	15,8%	1.247,31	168,16	13,5%
OPER. CRÉDITO	309,26	48,86	15,8%	618,53	55,99	9,1%
ALIEN. BENS	0,01	0,00	0,5%	0,02	0,00	0,3%
AMORT. EMPRÉST.	25,16	26,72	106,2%	50,84	54,03	106,3%
TRANSF. CAP.	249,96	17,99	7,2%	562,13	58,14	10,3%
OUTRAS	7,83	0,00	0,0%	15,80	0,00	0,0%
Total	7.134,31	7.117,29	99,8%	15.843,92	15.550,74	98,1%

⁵ As metas bimestrais de aqui divulgadas excluem as receitas intra-orçamentárias.

valor 70,7% abaixo do esperado, muito embora, esta receita tenha baixa participação em termos relativos no total das receitas correntes.

As receitas de capital ficaram abaixo da meta bimestral em R\$ 498,65 milhões. Esse resultado decorre do atraso da liberação de algumas operações de crédito de maior vulto e da frustração de receita de transferência de capital em **89,7%** da meta estabelecida. Isto se deve a certo atraso na liberação de recursos da União pela Caixa Econômica Federal devido a questões administrativas internas da instituição.

A despesa paga no primeiro bimestre de 2010 correspondeu a 94,1% da meta estabelecida no Cronograma de Desembolso Financeiro divulgado pela Resolução SEFAZ nº 277, de 3 de fevereiro de 2010, com o excesso na rubrica Outras Despesas Correntes compensado por uma execução mais conservadora das despesas de pessoal e de investimento.

Pagou-se R\$ 1,92 bilhão em Restos a Pagar, incluindo aqueles dos Outros Poderes, que contribuíram para o valor total das outras despesas correntes ter excedido em 1,6% o valor projetado.

II. Resultado Fiscal⁶

II.1 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Quando são desconsiderados os efeitos da participação do RIOPREVIDÊNCIA nas contas estaduais, percebe-se que os resultados fiscais do segundo bimestre de 2010 apresentaram piora de 37,3% em relação ao mesmo período de 2009, devido ao fato de a evolução da despesa (+20,5%) ter superado a evolução da receita (+14,4%). No acumulado do ano, a queda do resultado fiscal frente ao mesmo período do ano passado foi mais suave (-5,9%).

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)* ESTADO DO RIO DE JAN-ABR 2010					
GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2010**	DESP. ORCAM. REALIZADA JAN-ABR***	RP 2009 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-ABR 2010	Em R\$ milhões % REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	3.777	2.677	604	3.281	86,9%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.076	8.277	947	9.224	101,6%
INVEST./INVERSÕES	1.215	333	376	709	58,4%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	1.165	1.117		1.117	95,9%
TOTAL	15.233	12.404	1.926	14.330	94,1%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 277

***Fonte: SIG em 18/05/2010

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2009	2010		2009	2010	
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	5.966,48	6.822,77	14,4%	12.620,78	14.596,42	15,7%
I.1 RECEITA CORRENTE	5.941,69	6.744,72	13,5%	12.562,40	14.459,88	15,1%
I.1.1 Tributária	4.242,10	4.832,35	13,9%	8.857,50	10.021,98	13,1%
I.1.2 Patrimonial	277,08	590,61	113,2%	1.170,36	1.984,72	69,6%
I.1.3 Transferências	792,33	823,53	3,9%	1.596,26	1.624,15	1,7%
I.1.4 Demais Correntes	630,19	498,24	-20,9%	938,25	829,03	-11,6%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	24,79	78,05	214,9%	58,38	136,54	133,9%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	5.330,62	6.423,99	20,5%	10.182,27	12.301,12	20,8%
II.1 DESPESA CORRENTE	4.857,93	5.511,55	13,5%	9.567,17	10.913,59	14,1%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	1.550,80	1.767,30	14,0%	3.078,99	3.429,98	11,4%
II.1.2 Demais Correntes	2.778,90	3.235,34	16,4%	5.715,81	6.718,64	17,5%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	537,26	520,98	-3,0%	781,42	764,97	-2,1%
II.1.2.2 DESPESA DE CAPITAL	472,70	912,44	93,0%	615,10	1.387,53	125,6%
II.1.2.2.1 Invest.	171,97	663,48	285,8%	180,17	1.027,32	470,2%
II.1.2.2.1.1 Obras e Instalações	128,75	325,86	153,1%	136,04	370,99	172,7%
II.1.2.2.1.2 Indenizações e Restituição	4,23	188,90	4.367,2%	4,23	465,15	10.900,3%
II.1.2.2.1.3 Demais Investimentos	38,99	148,72	281,4%	39,90	191,18	379,2%
II.1.2.2.2 Inv. Financ.	4,73	3,72	-21,3%	21,17	6,54	-69,1%
II.1.2.2.3 Amort. Dívida	296,09	243,79	-17,7%	413,85	352,23	-14,9%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	635,86	398,78	-37,3%	2.438,51	2.295,30	-5,9%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	446,03	294,52	-34,0%	972,26	954,32	-1,8%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.181,53	1.258,90	6,5%	2.349,40	2.513,18	7,0%
RES. ORCAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	-735,50	-964,38	-31,1%	-1.377,14	-1.558,86	-13,2%
RES. ORCAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	-99,64	-565,60	-467,7%	1.061,37	736,44	-30,6%

⁶ O resultado fiscal exclui as receitas e as despesas intra-orçamentárias.

A variação positiva nas despesas foi impulsionada sobremaneira pelos gastos em Investimentos (+285,8% no bimestre; +470,2% no acumulado do ano), fato que demonstra o compromisso do Governo do Estado do Rio de Janeiro com os esforços na execução das obras do PAC. Cabe destacar o resultado do bimestre inclui R\$ 184,02 milhões (R\$ 460,06 milhões no acumulado do ano) referentes ao ressarcimento ao Banco do Brasil da operação de cessão de direitos de recursos oriundos de participações governamentais atrasadas do campo Marlim, recebidas pelo Estado, após longa discussão na esfera jurídica. Desconsiderando-se tal efeito, a despesa com investimentos totaliza R\$ 479,45 milhões (+178,8%); e R\$ 567,26 milhões, no acumulado do ano (+214,9%).

As receitas totais apresentaram crescimento de 11% em relação aos valores do 2º bimestre do ano anterior (+14,4% no ano). O crescimento das receitas correntes na ordem de 10,4% no bimestre (14,4% no acumulado) foi impulsionado, principalmente pelo incremento nas receitas tributárias (+13,9% na comparação bimestral e +13,1%, no ano).

As receitas patrimoniais elevaram-se em 24,2% (+37,1% no ano), por conta de elevação significativa no preço do barril do petróleo, fato que compensou a apreciação da moeda nacional.

As transferências totais cresceram apenas 3,9% em relação ao período março-abril 2009 (+1,7% no ano), impulsionadas basicamente pelo crescimento nas transferências de convênios na ordem de 99,3% (+R\$29,73 milhões), uma vez que as transferências federais ficaram no mesmo patamar de 2009.

As Demais Receitas Correntes apresentaram desempenho negativo (-19,6% no bimestre; e 10,1%, no acumulado). Entretanto, tal resultado é decorrente de encontro de contas entre o Estado e a CEDAE ocorrido no segundo bimestre de 2009, fato que acrescentou R\$ 300 milhões nas receitas do ano passado.

Tabela 4
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2009	2010		2009	2010	
I. RECEITA TOTAL (A)	6.412,52	7.117,29	11,0%	13.593,04	15.550,74	14,4%
I.1 RECEITA CORRENTE	6.360,94	7.023,72	10,4%	13.507,27	15.382,58	13,9%
I.1.1 Tributária	4.242,10	4.832,35	13,9%	8.857,50	10.021,98	13,1%
I.1.2 Patrimonial	688,80	855,40	24,2%	2.101,82	2.880,86	37,1%
I.1.3 Transferências	792,33	823,53	3,9%	1.596,26	1.624,15	1,7%
I.1.4 Demais Correntes	637,11	512,44	-19,6%	951,69	855,61	-10,1%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	52,18	93,57	79,3%	85,77	168,16	96,1%
II. DESPESA TOTAL (B)	6.512,15	7.682,89	18,0%	12.531,67	14.814,31	18,2%
II.1 DESPESA CORRENTE	6.039,37	6.770,43	12,1%	11.916,48	13.426,74	12,7%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.662,16	2.997,79	12,6%	5.289,77	5.894,44	11,4%
II.1.2 Demais Correntes	2.848,98	3.263,72	14,6%	5.854,33	6.767,32	15,6%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	537,26	520,98	-3,0%	781,42	764,97	-2,1%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	472,79	912,46	93,0%	615,19	1.387,57	125,6%
II.2.1 Invest.	171,97	664,96	286,7%	180,17	1.028,80	471,0%
II.2.1.1 Obras e Instalações	128,75	327,34	154,2%	136,04	372,47	173,8%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	4,23	188,90	4.367,2%	4,23	465,15	10.900,3%
II.2.1.3 Demais Investimentos	38,99	148,72	281,4%	39,90	191,18	379,2%
II.2.2 Inv. Financ.	4,73	3,72	-21,3%	21,17	6,54	-69,1%
II.2.3 Amort. Dívida	296,09	243,79	-17,7%	413,85	352,23	-14,9%
RES. ORÇAM. (A-B)	-99,64	-565,60	-467,7%	1.061,37	736,44	-30,6%

As receitas patrimoniais elevaram-se em 24,2% no bimestre, por conta da elevação significativa no preço do barril do petróleo, fato que compensou a apreciação da moeda nacional.



Com relação às receitas de capital, houve um incremento significativo tanto em nível bimestral (+79,3%) quanto anual (+96,1%), por conta do aumento nas transferências de capital da União e da realização de operações de crédito.

As receitas de capital cresceram 96,1% no acumulado do ano.

No tocante às despesas totais, houve aumento de 18% comparando-se os segundos bimestres de 2009 e 2010 (+18,2% no ano).

As despesas correntes cresceram 12,1% no bimestre e alcançaram elevação de 12,7% no acumulado. As despesas de “Pessoal e Encargos Sociais”⁷ sofreram um incremento nominal de 12,6% no bimestre. Este aumento é decorrente de aumentos concedidos às áreas de educação e segurança (+5%); da implementação de planos de cargos e salários no RIOPREVIDÊNCIA e na Educação (Programa Nova Escola), além de gratificações concedidas a outras áreas do Estado (BOPE, UPP, Defesa Civil, etc)⁸.

As demais despesas correntes aumentaram em 14,6% (+R\$ 414,73 milhões) frente ao segundo bimestre do ano passado, refletindo a ampla provisão de recursos para o funcionamento dos serviços do Estado.

O serviço da dívida diminuiu marginalmente, pelo efeito anticíclico da fórmula de pagamento ao Tesouro Nacional, não obstante sua defasagem temporal. A redução de algumas receitas em 2009 continua tendo impacto defasado no teto do serviço da dívida (13% da Receita Líquida Real). Com isso, a despesa com juros e amortização reduziu-se em 3% e 17,7%, respectivamente, no segundo bimestre do ano.

As despesas de capital variaram positivamente em ambos os períodos (+93% no bimestre; e 125,6% no acumulado), explicados por variação explosiva nas despesas com

A despesa, incluindo o RIOPREVIDÊNCIA, cresceu 18,0% no segundo bimestre de 2010 em relação ao mesmo período de 2009.

⁷ Nesta seção, “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.

⁸ Lei n° 5573/2009 (Segurança), Lei n° 5583/2009, Lei n° 5584/2009, Lei n° 5578 (Educação).

investimento e outros encargos. Estas ultrapassaram R\$ 664 milhões, o que representa uma variação positiva de 286,7% em relação ao mesmo período de 2009 (no acumulado, a variação foi de +471%). Parte significativa desta ampliação está relacionada à cessão definitiva de parcelas da compensação devida ao Estado pela produção de óleo e gás no campo de Marlim, principalmente no período anterior a 2002.

II.2 Resultado Orçamentário com RIOPREVIDÊNCIA

O resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA para o segundo bimestre de 2010 foi 31,1% menor que o do ano anterior, devido à queda de suas receitas, em especial dos resgates de CFT, cujo fluxo do ano passado era muito concentrado no primeiro quadrimestre, em detrimento ao deste ano (-1,8%, no acumulado) sendo, no entanto, compensado pelo aumento na arrecadação de Royalties (maiores detalhes na seção III.1.2).

O resultado orçamentário global do segundo bimestre de 2010, i.e., incorporando o RIOPREVIDÊNCIA⁹, foi negativo em R\$ 565,60 milhões, refletindo o aumento de 31,1% do déficit sazonal do instituto, decorrência da maior concentração da receita de royalties e participações especiais do instituto no segundo semestre de cada ano.

As despesas de capital variaram positivamente em ambos os períodos (+93% no bimestre; e 125,6% no acumulado), explicados por variação explosiva nas despesas com investimento e outros encargos.

Tabela 5

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %	
	2009	2010	2009	2010		
I. RECEITA TOTAL (A)	6.412,52	7.117,29	11,0%	13.593,04	15.550,74	14,4%
I.1 RECEITA CORRENTE	6.360,94	7.023,72	10,4%	13.507,27	15.382,58	13,9%
I.1.1 Tributária	4.242,10	4.832,35	13,9%	8.857,50	10.021,98	13,1%
I.1.2 Patrimonial	688,80	855,40	24,2%	2.101,82	2.880,86	37,1%
I.1.3 Transferências	792,33	823,53	3,9%	1.596,26	1.624,15	1,7%
I.1.4 Demais Correntes	637,11	512,44	-19,6%	951,69	855,61	-10,1%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	52,18	93,57	79,3%	85,77	168,16	96,1%
II. DESPESA TOTAL (B)	6.512,15	7.682,89	18,0%	12.531,67	14.814,31	18,2%
II.1 DESPESA CORRENTE	6.039,37	6.770,43	12,1%	11.916,48	13.426,74	12,7%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.662,16	2.997,79	12,6%	5.289,77	5.894,44	11,4%
II.1.2 Demais Correntes	2.848,98	3.263,72	14,6%	5.854,33	6.767,32	15,6%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	537,26	520,98	-3,0%	781,42	764,97	-2,1%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	472,79	912,46	93,0%	615,19	1.387,57	125,6%
II.2.1 Invest.	171,97	664,96	286,7%	180,17	1.028,80	471,0%
II.2.1.1 Obras e Instalações	128,75	327,34	154,2%	136,04	372,47	173,8%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	4,23	188,90	4.367,2%	4,23	465,15	10.900,3%
II.2.1.3 Demais Investimentos	38,99	148,72	281,4%	39,90	191,18	379,2%
II.2.2 Inv. Financ.	4,73	3,72	-21,3%	21,17	6,54	-69,1%
II.2.3 Amort. Dívida	296,09	243,79	-17,7%	413,85	352,23	-14,9%
RES. ORÇAM. (A-B)	-99,64	-565,60	-467,7%	1.061,37	736,44	-30,6%

Tabela 6

RESULTADO PRIMÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2009	2010		2009	2010	
RECEITA S/ RIOPREV. (A)	5.966,48	6.822,77	14,4%	12.620,76	14.596,42	15,7%
RECEITAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (B)	93,31	127,44	36,6%	193,18	197,55	2,3%
RECEITA NÃO-FINANC. S/ RIOPREV. (C)	5.873,17	6.695,33	14,0%	12.427,60	14.398,87	15,9%
DESPESAS S/ RIOPREV. (D)	5.330,62	6.423,99	20,5%	10.182,27	12.301,12	20,8%
DESPESAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (E)	834,29	765,97	-8,2%	1.196,20	1.120,30	-6,3%
DESPESA NÃO-FINAN. S/ RIOPREV. (F)	4.496,33	5.658,02	25,8%	8.986,07	11.180,82	24,4%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (C-F)	1.376,84	1.037,32	-24,7%	3.441,53	3.218,05	-6,5%
RES. PRIMÁRIO RIOPREVIDÊNCIA (G)	-786,03	-986,84	-25,5%	-1.455,41	-1.607,57	10,5%
RES. PRIM. C/ RIOPREV. (C-F) + (G)	590,81	50,48	-91,5%	1.988,13	1.610,48	-18,9%

II.3 Resultado Primário¹⁰

II.3.1 Resultado sem RIOPREVIDÊNCIA

O resultado primário do segundo bimestre de 2010 segregando o RIOPREVIDÊNCIA alcançou R\$ 1,03 bilhão (Tabela 5), sendo 24,7% menor que o mesmo período de 2009 (+R\$ 339,53 milhões); no acumulado, o resultado foi 6,5% abaixo. A redução reflete um aumento substancial

⁹ As receitas e despesas do Rio Previdência foram retiradas das respectivas rubricas orçamentárias apenas nas tabelas 3 e 4 deste boletim.

¹⁰ O resultado primário aqui, diferentemente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

em despesas não financeiras, em especial investimentos conforme elucidado na seção anterior.

II.3.1 Resultado com RIOPREVIDÊNCIA

O resultado primário, levando-se em conta o RIOPREVIDÊNCIA, reduziu-se em 91,5% (-R\$540,33 milhões), alcançando o patamar de R\$ 50,48 milhões (-18,9% ou R\$ 375,65 milhões no acumulado). Isto reflete o déficit sazonal do fundo, fruto do natural fluxo de pagamentos das chamadas Indenizações da União, nos primeiros meses do ano, diminuindo a receita disponível de royalties e participações especiais, para a instituição. Em 2010, essas indenizações devem alcançar o valor de R\$ 1.507,33 milhões, tendo sido pagos R\$ 1.233,60 milhões nos primeiros quatro meses do ano.

Tabela 7

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAR-ABR 2009/ MAR-ABR 2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %	R\$ milhões
	2009	2010		2009	2010		
TRIBUTÁRIA	4.242,10	4.832,35	13,9%	8.857,50	10.021,98	13,1%	
CONTRIBUIÇÕES	141,83	173,07	22,0%	284,77	317,11	11,4%	
PATRIMONIAL	688,80	855,40	24,2%	2.101,82	2.880,86	37,1%	
AGROPECUÁRIA	0,01	0,01	2,9%	0,02	0,02	5,9%	
INDUSTRIAL	0,22	0,42	91,6%	0,37	2,50	579,6%	
DE SERVIÇOS	63,97	51,00	-20,3%	99,32	90,70	-8,7%	
TRANSF. CORR.	792,33	823,53	3,9%	1.596,26	1.624,15	1,7%	
OUTRAS CORR.	431,09	287,95	-33,2%	567,21	445,28	-21,5%	
REC. CORR.	6.360,34	7.023,72	10,4%	13.507,27	15.382,58	13,9%	
REC. CAPITAL	52,18	93,57	79,3%	85,77	168,16	96,1%	
Total	6.412,52	7.117,29	11,0%	13.593,04	15.550,74	14,4%	

III. Receita Estadual¹¹

A arrecadação total do segundo bimestre apresentou elevação de 11% frente ao mesmo período do ano anterior, e de 14,4% nos quatro primeiros meses do ano (Tabela 6). Os propulsores da arrecadação do bimestre foram, sem dúvida, os incrementos na receita tributária (+13,9% em relação ao mesmo período de 2009) e na receita patrimonial (+24,2%).

III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes elevaram-se 10,4% no 2º bimestre em relação ao mesmo período de 2009 (+R\$663,38 milhões), atingindo R\$ 7.023,72 milhões, refletindo, principalmente, os esforços da Secretaria de Fazenda na fiscalização dos tributos e programa de refinanciamento instituído pela SEFAZ. No acumulado do ano, estas receitas ficaram em R\$ 15.382,58 milhões (+ 13,9%).

Dentre as rubricas que compõe as receitas correntes, houve recuperação nas receitas patrimoniais,

¹¹ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do Rio Previdência.



impulsionadas pela recuperação dos preços internacionais do petróleo. Ademais, o Estado recebeu receitas atrasadas referentes às participações governamentais devidas pela exploração do campo de Marlim em anos anteriores, conforme já mencionado.

Ressalte-se ainda que, para efeito de comparação entre os anos de 2009 e 2010, houve no 2º bimestre de 2009 a receita extraordinária de R\$ 300 milhões, referentes a dívida ativa do ICMS pagos pela CEDAE. Desconsiderando esta receita, a variação das receitas correntes neste período do ano anterior alcançaria o patamar de 16,4% (+11,7% no ano).

Apesar da recuperação abrangente da base tributária da União que compõe as transferências ao Estado do Rio de Janeiro, estas se elevaram relativamente pouco (+3,9%). Este abrandamento no crescimento das receitas de transferências se deve à significativa redução nas transferências do SUS associada à Gestão Plena de Saúde (ver seção III.1.3).

As outras receitas correntes apresentaram variação negativa de 33,2% (-R\$ 143,14 milhões), decorrente do já mencionado recebimento, em 2009, de R\$300 milhões devidos pela CEDAE. Desconsiderando esta receita extraordinária, a variação seria de 120% no bimestre (+R\$156,86 milhões), reflexo dos esforços de fiscalização e do REFIS, que impactaram nas arrecadações de multas e juros de mora, e dívida ativa. Não obstante, as receitas de contribuição reforçaram o aumento destas outras receitas, em especial a parcela dos inativos de diversos poderes, e ativos e pensionistas do Executivo (ver seção III.1.4).

A receita industrial teve variação positiva tanto no bimestre (+R\$ 0,20 milhão ou 91,6%) quanto no período janeiro-abril de 2010 (+R\$ 2,13 milhões ou 579,6%) em relação ao ano anterior, decorrente da receita da indústria de produtos farmacêuticos e veterinários administrada pelo Instituto Vital Brazil S.A.. A razão para tal aumento foi o

A receita tributária variou R\$ 590,25 milhões (13,9 %) e a patrimonial R\$ 166,60 (24,2%) em relação ao segundo bimestre de 2009, refletindo a recuperação da economia, o esforço de arrecadação do Estado e o acerto da pendência do campo de Marlim.

A variação negativa da rubrica demais receitas correntes está associada ao recebimento de R\$ 300 milhões em 2009 devidos pela CEDAE.

Desconsiderando esta receita extraordinária, há um incremento de 120%, cerca de R\$ 157 milhões, reflexo dos esforços de fiscalização e do REFIS que impactaram nas arrecadações de multas e juros de mora e dívida ativa.

fechamento de um contrato com a FIOCRUZ para produção de medicamentos em atendimento ao Programa DST/AIDS do Ministério da Saúde, que não havia sido previsto no orçamento de 2010.

Tabela 8
RECEITA TRIBUTÁRIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAR-ABR 2009/ MAR-ABR 2010
III.1.1 Receita Tributária

A receita tributária do segundo bimestre de 2010 foi de R\$4.832,35 milhões, refletindo acréscimo de R\$ 590,25 milhões (+13,9%) em relação a 2009. No acumulado do ano a variação foi de 13,1%. Estes aumentos correspondem ao incremento de ICMS R\$ 500,41 milhões (85% da receita tributária) e dos impostos de transferência de propriedade ITD e ITBI (+196,9% nominais) no bimestre (Tabela 8).

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2009	2010		2009	2010	
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.242,10	4.832,35	13,9%	8.857,50	10.021,98	13,1%
ICMS	3.024,61	3.525,02	16,5%	6.161,07	7.187,01	16,7%
Adicional do ICMS	334,31	367,91	10,0%	672,68	750,55	11,6%
IRRF	189,78	137,00	-27,8%	388,93	340,69	-12,4%
IPVA	382,38	360,15	-5,8%	1.052,84	1.004,15	-4,6%
ITD e ITBI	40,10	119,04	196,9%	74,86	157,44	110,3%
Taxas	270,92	323,23	19,3%	507,12	582,14	14,8%

Tabela 8.A
EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ARRECADAÇÃO DE ICMS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	Part. Arrecad. 2009	Part. Arrecad. 2010	Contrib. para Cresc.
Telecomunicações	16,78%	15,23%	8,3%
Energia elétrica	18,74%	15,00%	-1,8%
Petróleo, combustíveis e gás natural	15,16%	12,37%	-0,2%
Mercados, lojas e magazines	5,00%	6,25%	11,8%
Alimentação	4,58%	5,79%	11,2%
Bebidas	5,85%	5,34%	3,1%
Metalurgia e siderurgia	3,34%	4,25%	8,3%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	4,69%	4,18%	1,9%
Veículos automotores	3,67%	3,99%	5,4%
Transportes gerais e armazenagem	2,87%	3,56%	6,6%
Química e petroquímica	3,95%	3,41%	1,0%
Têxtil e vestuário	2,91%	2,91%	2,9%
Madeira, papel e fumo (*)	2,90%	2,81%	2,4%
Construção civil	3,07%	2,76%	1,3%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	2,89%	2,74%	2,1%
Eletroeletrônicos	1,20%	1,85%	4,7%
Comunicação e informação	1,14%	1,65%	3,9%
Máquinas e equipamentos em geral	1,41%	1,19%	0,2%
Outras atividades econômicas	-3,80%	1,06%	22,9%
Borracha e plástico	1,30%	1,04%	-0,1%
Móveis e utensílios	0,63%	0,74%	1,2%
Médico-hospitalar e odontologia	0,77%	0,73%	0,6%
Informática e óptico	0,58%	0,71%	1,3%
Editorial, gráfica e publicidade (*)	0,35%	0,45%	0,9%
Total das atividades econômicas	100,00%	100,00%	100,00%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

Pode-se notar também que a participação na arrecadação do segundo bimestre de 2010 ficou mais bem distribuído em relação a 2009, com menor concentração nos setores de Telecomunicações, Energia elétrica e Petróleo, e maior participação dos demais setores.

Apesar de não terem sido os três setores com maior variação relativa na arrecadação do acumulado do ano, Mercados, lojas e magazines (+R\$ 142,26 milhões), Alimentação (+R\$ 112,87) e Metalurgia (+R\$ 104,92), foram os que tiveram maior crescimento em valores brutos em relação ao mesmo período do ano de 2009 (Tabela 9).

No setor de Mercados grande parte do aumento se deveu às investidas das operações de fiscalização no setor, bem como o sucesso do sistema ECF (Emissor de Cupom Fiscal), base para a implementação do concurso Cupom Mania.



Já o setor da Alimentação foi influenciado consideravelmente por causa do aumento dos preços do setor no quadrimestre, 5,17% segundo o IBGE. As maiores influências no setor da Alimentação foram o Comércio Atacadista, especificamente, carnes bovinas, suínas e derivados que representam 7,8% do setor, com um aumento de 36,8%, leites e laticínios (5,5% de participação) cresceram 63,2%, a Indústria impulsionada pela fabricação de óleos vegetais refinados (exceto óleo de milho) representando 8,3%, acusando uma alta de mais de 8.000%. Mesmo o setor do Comércio Varejista com pouca representatividade no setor obteve alta, como por exemplo, os hortifrutigranjeiros com uma alta de 37,5%.

O setor da Metalurgia que apresentou variação no quadrimestre de 56,90% foi impulsionado em grande parte por conta do recolhimento extraordinário da CSN, principalmente no mês de abril. O setor que de produção de laminados planos de aço ao carbono, a qual a empresa faz parte, foi responsável por este aumento.

Outro setor que mostrou bom desempenho, com 49,4% de crescimento no quadrimestre foi o de Comunicação e Informação, sendo que no mês de abril este crescimento foi de 146,8%, que impulsionou seu crescimento no 2º bimestre em 76,8% frente a 2009. As atividades econômicas que se destacaram concentram-se no setor de serviços: Operadoras de televisão por assinatura por cabo e por satélite (64,3% de participação no grupo) e reprodução de som em qualquer suporte (19,8%).

Tabela 9

ARRECADAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var % 10/09	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var % 10/09
	2009	2010		2009	2010	
Telecomunicações	483,73	536,79	11,0%	1.034,09	1.064,70	3,0%
Energia elétrica	540,07	528,59	-2,1%	1.017,39	1.098,65	8,0%
Petróleo, combustíveis e gás natural	437,06	436,05	-0,2%	921,11	1.006,76	9,3%
Mercados, lojas e magazinés	144,22	220,34	52,8%	334,09	476,35	42,6%
Alimentação	131,86	204,09	54,8%	254,10	366,97	44,4%
Bebidas	168,70	188,38	11,7%	353,75	427,82	20,9%
Metalurgia e siderúrgia	96,40	149,80	55,4%	184,40	289,31	56,9%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	135,03	147,31	9,1%	242,33	278,55	14,9%
Veículos automotores	105,75	140,52	32,9%	186,34	265,98	42,7%
Transportes gerais e armazenagem	82,85	125,36	51,3%	201,61	208,36	3,4%
Química e petroquímica	113,87	120,37	5,7%	226,87	252,27	11,2%
Têxtil e vestuário	83,81	102,65	22,5%	205,49	274,74	33,7%
Madeira, papel e fumo (*)	83,50	99,01	18,6%	168,00	208,22	23,9%
Construção civil	88,56	97,14	9,7%	187,06	196,91	5,3%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	83,33	96,55	15,9%	170,57	191,19	12,1%
Eletroeletrônicos	34,61	65,05	87,9%	74,53	140,29	88,2%
Comunicação e informação	32,84	58,04	76,8%	64,29	96,05	49,4%
Máquinas e equipamentos em geral	40,54	41,97	3,5%	70,89	80,50	13,6%
Outras atividades econômicas	317,31	37,39	-88,2%	340,78	49,14	-85,6%
Borracha e plástico	37,56	36,76	-2,1%	68,21	67,44	-1,1%
Móveis e utensílios	18,30	26,08	42,5%	33,78	57,24	69,5%
Médico-hospitalar e odontologia	22,16	25,72	16,1%	44,90	52,92	17,9%
Informática e óptico	16,72	25,04	49,8%	29,76	47,36	59,2%
Editorial, gráfica e publicidade (*)	10,19	16,02	57,2%	18,44	30,90	67,6%
Total das atividades econômicas	3.308,96	3.525,02	6,5%	6.432,76	7.226,64	12,4%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.



BOX 1 – Panorama Econômico ERJ

De acordo com a série de contas nacionais divulgada pelo IBGE, a economia brasileira cresceu 9% no primeiro trimestre do ano, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, e 2,7% em relação ao quarto trimestre de 2009, após descontar fatores sazonais, o que demonstra a retomada da atividade econômica no período pós-crise mundial. Tal crescimento da economia brasileira foi impulsionado principalmente pela indústria, com maior parcela de crescimento na comparação com os dois períodos: o valor adicionado da indústria cresceu 14,6% em relação a igual período do ano anterior e 4,2% em relação ao trimestre anterior.

De fato, observa-se pelo gráfico 1, o aumento da produção industrial brasileira e o comportamento ascendente no último ano. Ambos os ramos industriais, extrativo e transformação, apresentaram expansão média no segundo bimestre na ordem de dois dígitos (16,3% e 18,9%, respectivamente, nas séries sem ajuste sazonal), porém cabe citar a baixa base de comparação em função dos efeitos da crise mundial. A indústria de transformação do Estado do Rio seguiu o padrão nacional, com aumento médio de 12,4% na produção, em comparação com o primeiro bimestre de 2009.

Da mesma forma, as vendas do comércio varejista no Estado do Rio apresentaram trajetória ascendente em março desse ano: cresceram 11% em relação a fevereiro e 15% em relação a março de 2009, ambas as séries sem ajuste sazonal. Em abril, verifica-se uma queda de 6% em relação a março, mas o índice continua maior do que em abril do ano passado (11% maior).

Em março, a taxa de inflação fluminense foi maior do que a brasileira (1,1% contra 0,9%), porém menor no acumulado dos doze meses (4,7% no Estado do Rio e 5,2% no Brasil), o que acarretou o maior crescimento do rendimento real do trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro (cresceu 1,6 pontos percentuais a mais que o Brasil). Tanto o aumento dos preços quanto o aumento da renda real pressionaram a alta da receita nominal das vendas no mês de março.

A taxa de desemprego da região metropolitana do Rio foi de 6,4% em março e 5,9% em abril, mais de um ponto percentual abaixo da média nacional nos dois meses (o desemprego brasileiro foi de 7,6% em março e 7,3% em abril). O emprego formal na região metropolitana do Rio foi o maior responsável pelo resultado: 9,5% maior em março e abril comparados aos mesmos meses do ano anterior.



PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE					
PRODUÇÃO E VENDAS		Variação mensal (%) mar/10 abr/10		Variação em 12 meses (%) mar/10 abr/10	
Produção na Indústria Extrativa (1)	BR	11,8%	-2,2%	15,1%	17,4%
	ERJ	10,4%	-2,5%	-3,2%	-0,9%
Produção na Indústria de Transformação (1)	BR	19,3%	-6,6%	20,5%	17,4%
	ERJ	8,9%	-5,4%	16,2%	8,6%
Vendas no Varejo (2)	BR	13,7%	-3,7%	19,0%	13,2%
	ERJ	10,9%	-6,0%	15,2%	11,1%
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal (%) mar/10 abr/10		Variação em 12 meses (%) mar/10 abr/10	
Índice de Preços ao Consumidor (3)	BR	0,9%	0,8%	5,2%	5,5%
	ERJ	1,1%	1,1%	4,7%	5,6%
OCUPAÇÃO E RENDA		Variação mensal (%) mar/10 abr/10		Variação em 12 meses (%) mar/10 abr/10	
Pessoas Economicamente Ativas (4)	BR	0,6%	-0,03%	2,2%	2,5%
	ERJ	-0,3%	-1,6%	3,5%	2,0%
Rendimento Médio Real do Trabalho (5) (9)	BR	0,6%	-	3,0%	-
	ERJ	1,5%	-	4,6%	-
Empregado sem carteira (6)	BR	0,2%	0,7%	0,03%	0,4%
	ERJ	-5,4%	-1,0%	2,3%	-1,9%
Empregado com carteira (7)	BR	0,8%	0,7%	7,2%	7,2%
	ERJ	0,04%	0,4%	9,5%	9,5%
DESEMPREGO		mar/10	abr/10	mar/09	abr/09
Taxa de Desocupação (8)	BR	7,6	7,3	9,0	8,9
	ERJ	6,4	5,9	6,9	6,8

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, sem ajuste sazonal, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, PMC - IBGE. (3) índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR).

(4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, a preços de abril de 2010, PME-IBGE. Para o Rio de Janeiro, índice inflacionado pelo INPC da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e para o Brasil, inflacionado pela média ponderada do INPC das seis Regiões Metropolitanas. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. (9) Os traços se referem a dados ainda não disponibilizados pelo IBGE. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas.

Gráfico 1 - Produção da Indústria Geral (Base jan/08 =100)



Elaboração própria a partir da PIM-PF Brasil (BR) e PIM-PF Regional (RJ) – IBGE.



O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITD – apresentou elevação entre janeiro e abril de 110,3% em relação ao mesmo período de 2009, 196,9% no bimestre (Tabela 8). Essa arrecadação é decorrente do trabalho de cruzamento de informações sobre doações, especialmente em dinheiro, declaradas no Imposto de Renda Pessoa Física, efetuada no primeiro bimestre de 2010, mediante convênio com a Receita Federal do Brasil. Mais de 15.000 contribuintes foram convidados a verificar suas declarações e regularizar sua situação na eventualidade de terem doado ou se beneficiado de doações sem a devida quitação do ITD correspondente. O prazo para este acerto com a Fazenda Estadual terminou em 30 de Abril, contribuindo para a arrecadação do segundo bimestre ter sido significativamente maior que do bimestre do ano passado.

O IRRF e o IPVA tiveram queda na arrecadação do bimestre. No primeiro caso, a redução foi de 27,8% devido ao atraso no fluxo de repasses previsto pelo RIOPREVIDÊNCIA. Já com o IPVA houve redução de 5,8%, por conta do decréscimo no preço médio dos automóveis (Tabela FIPE de 2010) bem como a redução, da alíquota do IPVA para os carros *Flex* de 4% para 3% (Lei 5653 de 06/01/2010).

O crescimento das receitas de Taxas foi de 19,3% em relação ao segundo bimestre de 2009. A principal fonte de arrecadação foram as taxas de Controle e Fiscalização do Trânsito e Serviços de Trânsito, ambas do DETRAN, responsáveis por 65,82% do aumento bimestral de R\$ 52 milhões e 69,83% no acumulado (R\$ 75 milhões).

III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial do Estado ultrapassou em aproximadamente R\$ 780 milhões (+37,1%) nos quatro primeiros meses de 2010, o mesmo período de 2009 (Tabela 10). Grande parte deste aumento advém do aumento nas receitas de participações governamentais na produção de petróleo e gás, principalmente por causa da evolução nas participações especiais do período de R\$ 667,7 milhões (+94,3%). Ressalta-se que no bimestre em questão não há recebimentos das participações especiais, uma vez que só há ingressos de 3 em 3 meses e o último ocorreu em fevereiro. O recebimento extraordinário decorre do ingresso de parte do acerto relativo às participações sobre a produção passada do Campo Produtor de Marlim que neste bimestre foi de R\$ 213,4 milhões¹².

Pode-se, no entanto, considerar um importante crescimento das participações governamentais, ainda assim considerando-se apenas a produção atual. Os Royalties cresceram 52,9% em relação ao ano anterior, saltando de R\$ 219,47 milhões para R\$ 335,67 milhões, em decorrência do significativo aumento no preço médio do barril do petróleo já que a produção foi praticamente a mesma em ambos períodos (Tabela 10.A). Este aumento do preço do barril do petróleo em dólares, de 72,8%, compensou a apreciação cambial de 21,6% para que houvesse o aumento na receita oriunda das participações governamentais via produção de petróleo.

O resgate dos CFTs¹³ no segundo bimestre deste ano foi menor quando comparado com o mesmo período do ano de 2009, visto que houve uma concentração dos resgates

Tabela 10
RECEITA PATRIMONIAL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAR-ABR 2009/ MAR-ABR 2010
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2009	2010		2009	2010	
RECEITA PATRIMONIAL	688,80	855,40	24,2%	2.101,82	2.880,86	37,1%
Petróleo	219,72	549,51	150,1%	1.160,49	2.052,68	76,9%
Royalties	219,47	335,67	52,9%	451,86	676,08	49,6%
Part. Especial	0,00	213,44	0,0%	708,10	1.375,81	94,3%
FEP	0,25	0,39	58,3%	0,52	0,78	50,3%
CFT's	361,50	215,09	-40,5%	725,91	661,61	-8,9%
Aplic. Financeiras	98,03	74,31	-24,2%	194,15	136,24	-29,8%
Demais Rec. Patrimoniais	9,55	16,49	72,7%	21,28	30,33	42,6%

Tabela 10.A

Discriminação	Jan - Fev 2009	Jan - Fev 2010	Var. %
Produção (milhões de bbl)	95,50	95,75	0,3%
Brent (US\$/bbl)	43,38	74,96	72,8%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,31	1,81	-21,6%

¹² O recebimento a menor de participações especiais da Petrobras no passado (entre 2002-2006) gerou um acordo que prevê o pagamento de cerca de R\$ 800 milhões ao Estado do Rio de Janeiro em oito parcelas mensais. As duas primeiras (R\$ 207.568.756,66) foram recebidas pelo Estado em novembro e dezembro de 2009 e a terceira e quarta parcelas R\$210.718.431,84 foram creditadas entre janeiro e fevereiro de 2010.

¹³ Certificados Financeiros do Tesouro. Cabe lembrar que a receita advinda do resgate desses títulos é resultado da permuta de haveres financeiros com o Tesouro Nacional. Pela troca, o Estado recebeu CFTs, cedendo ativos associados às receitas estaduais da produção de petróleo e gás à União até 2014. Os CFTs não se constituem, portanto, fonte de receita adicional efetiva para o Estado, visto que é um ativo comprado e pelo qual o Estado paga indenizações à União.



nos dois primeiros meses do ano de 2010, em detrimento de 2009, que concentrou nos quatro primeiros meses. Com isto, ocorreu uma queda no valor resgatado de 40,5% em relação ao segundo bimestre de 2009 (-R\$ 146,41 milhões).

Assim como havia ocorrido no bimestre passado a receita decorrente da remuneração das Aplicações Financeiras do Tesouro e outros recursos foi influenciada pela queda da taxa Selic, que passou de 13,75% no começo de 2009 para 8,75% no começo de 2010 (-37%), que implicou redução de 24,2% no CDI.

O desempenho das receitas de capital (+R\$ 40,78 milhões) está relacionado ao aumento nas transferências de capital e nas receitas de amortizações de empréstimos.

III.1.3 Receita de Transferências

As receitas de transferências somaram R\$ 1.624,15 milhões (+1,7%) no acumulado no ano e R\$ 823,53 milhões entre março e abril. Os 3,9% de incremento bimestral decorrem principalmente da elevação nas receitas de convênios em 99% (+R\$ 29,73 milhões). No entanto, deve-se destacar que, a queda relativa a 2009 da receita do SUS (-37,3%) foi mais que compensada pelas variações positivas das receitas de IPI-exp, da CIDE e de convênios (Tabela 11).

O desempenho do FPE bimestral foi 4,9% superior em 2010 e 1,6% no acumulado do ano. O crescimento de R\$ 24,30 milhões (+42,3%) nas receitas do IPI-exportação do Estado no bimestre, decorreu do aumento da arrecadação da União de IPI entre fevereiro e março, uma vez que houve o retorno das alíquotas a patamares originais pré-crise.

Entre março e abril, a CIDE variou 1518,3% (+R\$ 21,74 milhões) reflexo ainda do menor uso de compensações por parte de grandes distribuidores de combustíveis em relação a 2009, o que resultou em incremento acumulado da receita nacional desde início de 2010, além do impacto do aumento de alíquotas específicas sobre a gasolina e o diesel, conforme Decreto nº 6.875/2009.

Tabela 11

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAR-ABR 2009/ MAR-ABR 2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2009	2010		2009	2010	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	792,33	823,53	3,9%	1.596,26	1.624,15	1,7%
Transf da União	400,37	400,43	0,0%	847,19	810,59	-4,3%
FPE	105,02	110,20	4,9%	229,35	232,96	1,6%
IPI exp	57,41	81,71	42,3%	138,63	169,94	22,6%
IOF	0,03	0,00	-88,2%	0,03	0,01	-78,3%
CIDE	1,43	23,17	1518,3%	15,54	46,21	197,4%
SUS	165,85	103,95	-37,3%	323,56	204,95	-36,7%
Salário Educação	45,43	46,57	2,5%	100,52	107,21	6,7%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	28,59	28,59	0,0%
Demais Transf. da União	10,90	20,52	88,2%	10,97	20,81	89,8%
FUNDEB	360,27	363,43	0,9%	681,61	726,98	6,7%
Convênios	29,94	59,67	99,3%	65,48	86,23	31,7%
Outras Transf. Corr.	1,75	0,00	-99,8%	1,98	0,35	-82,3%

No segundo bimestre foi mantida a redução das receitas do SUS (-R\$ 61,90 milhões; -37,3%), basicamente devido à adoção da Gestão Plena de recursos do SUS repassados aos municípios. A idéia é que ao longo de 3 ou 4 anos progressivamente, um número cada vez maior de municípios se habilite à Gestão Plena de Saúde a gerir seus recursos da área de saúde em seus hospitais e clínicas, sem necessitar do intermédio do Estado. Ou seja, um número cada vez maior de municípios tem sido habilitado, passando a receber os recursos do SUS diretamente da União. Como resultado, as receitas de transferências do SUS ao longo de 2010 serão cada vez menores quando comparadas a 2009.

O esforço de arrecadação estadual ainda está compensando a redução do coeficiente de retorno do FUNDEB¹⁴ ao Estado em 2,96% entre 2009 e 2010. As receitas do Fundo que retornaram ao Estado aumentaram em R\$ 3,16 milhões (+0,9%) no bimestre, assim como os ingressos totais do Fundo.

Cabe ressaltar o aumento da receita de Convênios, em de R\$ 29,73 milhões (+99,3%) no bimestre em relação ao respectivo período de 2009. Os maiores ingressos ocorreram em dois convênios: um de assistência social como o Ministério do Justiça, o PRONASCI e outro com o Ministério da Educação, destinado a formação inicial e continuada de professores, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As “Demais Receitas Correntes” apresentaram queda tanto no acumulado do ano (-10,1%) quanto no bimestre, de R\$ 96,08 milhões (-19,6%) em relação a 2009. A principal razão é a redução na receita da Dívida Ativa do Estado. No entanto, é preciso ressaltar que isto só ocorreu devido ao encontro de contas entre a CEDAE e o Estado

As transferências do SUS transitando no orçamento estadual tiveram redução de R\$ 61,90 milhões, enquanto transferências da CIDE e IPI - exportação cresceram R\$ 21,74 milhões e R\$ 24,30

Apesar da redução do coeficiente de retorno do FUNDEB, estas transferências tiveram incremento de 6,7% no acumulado do ano, relacionado ao esforço de arrecadação do ERJ.

Tabela 12

DEMAIS RECEITAS CORRENTES

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAR-ABR 2009/ MAR-ABR 2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2009	2010		2009	2010	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	637,11	512,44	-19,6%	951,69	855,61	-10,1%
Receita de Contribuições	141,83	173,07	22,0%	284,77	317,11	11,4%
Receita Agropecuária	0,01	0,01	2,9%	0,02	0,02	5,9%
Receita Industrial	0,22	0,42	91,6%	0,37	2,50	579,6%
Receita de Serviços	63,97	51,00	-20,3%	99,32	90,70	-8,7%
Multas e Juros de Mora	47,23	105,10	122,5%	87,67	145,15	65,6%
Indenizações e Restituições	10,93	25,53	133,6%	21,82	44,84	105,5%
Dívida Ativa	310,31	85,65	-72,4%	321,92	101,22	-68,6%
Receitas Diversas	62,62	71,68	14,5%	135,80	154,06	13,4%

¹⁴ O coeficiente de retorno do FUNDEB para o Estado foi alterado de 0,407735100720 em 2009 para 0,395999089041 em 2010 (-2,96%) devido ao maior peso dado aos alunos até a 4ª série; apesar do grande número de alunos no ensino fundamental em escolas estaduais, essa mudança favoreceu os municípios. Dados disponíveis no site: www.fnde.gov.br

no segundo bimestre de 2009. A receita do ano anterior continha adicionalmente cerca de R\$ 300 milhões. Retirado esse efeito, as demais receitas correntes tiveram elevação de R\$ 175,33 milhões (+52,01%) no bimestre e R\$ 203,92 milhões (+31,29%) no acumulado do ano. A Dívida Ativa e “Multas e Juros de Mora” foram responsáveis pelo aumento.

O acréscimo na arrecadação das Multas e Juros de Mora em R\$ 57,48 milhões (+122,5%) se deve às receitas provenientes do ICMS. Apesar da extensão do prazo para término do REFIS¹⁵, de 30 de abril para 31 de maio, tal decisão só foi divulgada em fins de abril, o que permitiu expressivo incremento desta receita até final do mês de abril.

O incremento nas receitas de contribuição em R\$ 32,34 milhões (+22,03%) no bimestre está concentrado no âmbito dos servidores civis inativos de diversos poderes, servidores ativos e pensionistas, ambos do executivo. No caso dos inativos, houve por parte do RIOPREVIDÊNCIA atraso no repasse de contribuição de competência de dezembro de 2009, que se realizou apenas em março de 2010. Logo, o 2º bimestre de 2010 apresenta ingressos de 3 períodos de competência de contribuição ao invés de dois. A elevação da contribuição dos servidores ativos e pensionistas do Executivo decorre dos aumentos graduais das alíquotas de contribuição conforme Decreto 5.166/2007. Além disto, no caso dos servidores ativos os acréscimos salariais concedidos às diversas categorias contribuíram para este incremento, conforme comentado mais adiante na seção IV.2 da Despesa. No tocante aos pensionistas a variação se explica também pela correção dos valores pagos aos mesmos.

As receitas de “Indenizações e Restituições” aumentaram em R\$ 23,02 milhões (+133,6%), em razão das compensações financeiras entre o regime de previdência

¹⁵ A aprovação do REFIS estadual permitiu o pagamento a vista ou parcelado de débitos tributários constituídos ou não, com fato gerador anterior a dezembro de 2008, ou sua compensação com precatórios.

geral e o regime próprio dos servidores do Estado decorrentes da transição de servidores entre regimes, conforme autorização da Constituição Federal de 1988.

As receitas de serviços apresentaram decréscimo de R\$12,97 milhões (-20,3%), basicamente decorrentes da redução nas receitas decorrentes de serviços hospitalares e de transportes.

Conforme mencionado anteriormente, apesar da variação negativa da “Dívida Ativa” em R\$220,70 milhões (-72,4%), deve-se destacar que, expurgado o efeito do encontro de contas da CEDAE, houve na realidade um acréscimo de R\$75,34 milhões em relação a 2009. Tal efeito ainda reflete a adoção do reforço na cobrança dos créditos tributários realizada pela subsecretaria de receita associado a aprovação do REFIS estadual.

Tabela 13

III.2 Receitas de Capital

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAR-ABR 2009/ MAR-ABR 2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2009	2010		2009	2010	
	RECEITAS DE CAPITAL	52,18	79,3%	85,77	168,16	96,1%
Operações de Crédito	9,75	48,86	400,9%	34,13	55,99	64,1%
Alienação de Bens	0,43	0,00	0,0%	0,45	0,00	-100,0%
Amortiz. de Empréstimos	35,62	26,72	-25,0%	42,71	54,03	26,5%
Transf. de Capital	6,36	17,99	182,6%	8,47	58,14	586,2%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	49.900,0%

As “Receitas de Capital” no acumulado do ano variaram 96,1% em relação a 2009. No bimestre aumentaram de R\$ 52,18 milhões para R\$ 93,57 milhões (+79,3%), em decorrência principalmente do aumento das transferências de capital efetuadas pela União e da receita de operações de créditos.

O incremento no bimestre nas operações de crédito deve-se a duas operações externas para programas de transportes: o Programa Estadual de Transportes II – PET II (R\$ 29.794.821,40) e o Programa Rio Rural (R\$ 178.243,75).

As amortizações de empréstimos, por outro lado, caíram - 25,0% no bimestre, alcançando R\$ 26,72 milhões associados ao retorno do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES. No entanto, no acumulado do ano, houve aumento de 54,03% (+R\$ 11,32 milhões).

Entre março e abril, as transferências de capital variaram positivamente 182,6% R\$ (+11,62 milhões) em razão de

O desempenho das receitas de capital (+R\$ 41,39 milhões) está relacionado ao aumento dos desembolsos das operações de crédito e de transferências de capital.



transferências da União para obras do PAC. Dentre os principais convênios estão o de intra-estrutura urbana na comunidade da Rocinha e o de obras para melhoria do abastecimento de água no município de São Gonçalo.

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

O orçamento aprovado pela Lei nº 5.634 de 4 de janeiro de 2010 fixou a despesa total do Estado, isto é, antes de transferências para municípios, em R\$45,54 bilhões. Atualmente a dotação orçamentária já atinge R\$47,12 bilhões, com acréscimo de R\$1,57 bilhão (Tabela 14), dos quais R\$1,04 bilhão são recursos do Tesouro, provenientes de excesso de arrecadação, sendo R\$360,02 oriundos de impostos e R\$682,83 milhões oriundos de royalties, parte decorrente do acerto de Marlim de anos pretéritos.

Os R\$530,95 milhões restantes são recursos de Outras Fontes, em sua maior parte vinculados (convênios e operações de crédito), incorporados ao orçamento por excesso de arrecadação ou superávit financeiro apurado em balanço de 2009. Desse montante, destacam-se as operações de crédito destinadas à Via Light (R\$51,82 milhões) e à Patrulha Mecanizada (R\$19,97 milhões) e novos convênios firmados junto ao Governo Federal para o Contorno de Volta Redonda (R\$40,9 milhões) e para programas de apoio aos municípios (R\$45 milhões). Inclui-se ainda o convênio firmado entre o TJ e a Segurança para a implantação do Centro Integrado de Comando e Controle (R\$60 milhões).

A metodologia de liberação de cotas orçamentárias para emissão de empenho permanece para os órgãos do Poder Executivo e no quadrimestre já foram liberados R\$29,47 bilhões do orçamento anual. Embora liberados 65,9% do orçamento, o percentual de utilização no período é de apenas 57,7%. Neste 2º bimestre, o percentual de utilização foi inferior ao período jan/fev.

A despesa do Executivo cresceu 19,3% no primeiro quadrimestre de 2010 em comparação a período equivalente em 2009 (Tabela 16). O Poder Legislativo apresenta redução em parte porque em 2010 ele não destinou recursos próprios para o auxílio a municípios como em 2009. Houve aumento considerável de despesa no MP, que despendeu R\$209 milhões no primeiro quadrimestre, e do Tribunal de Justiça, cuja despesa

Tabela 14
**EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL
JAN-ABR 2009 / JAN-ABR 2010**

ANO	DOT. ATUAL	CONTING.	DISP.	LIQ. JAN-ABR	R\$ milhões
					% LIQ. / DISP.
2009	42.096	1.111	40.985	12.532	30,58%
2010	47.120		47.120	14.814	31,44%

* Desconsideradas as despesas intra-orçamentárias.

** Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 18/05/2010

Tabela 15
**UTILIZAÇÃO DA COTA ORÇAMENTÁRIA PODER EXECUTIVO
Janeiro-Abril 2010***

Dot. Anual - Poder Executivo	Cota Orçam. Liberada 1º Quad **	Cota Emp. (Jan-Abr)	% Emp. / Cota	Cota Liq. (Jan-Abr)	R\$ Mil
					% Liq. / Cota
44.731.572	29.473.454	16.995.621	57,7%	14.135.122	48,0%

*Inclui despesas intra-orçamentárias / Exclui CEDAE e IO

** Valores publicados na Res. SEPLAG nº 284 de 30 de abril de 2010

Tabela 16
**DESPESA POR PODERES - ERJ
JAN-ABR 2009 / JAN-ABR 2010**

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	R\$ milhões
			△ %
PODER EXECUTIVO*	11.453	13.664	19,30%
OUTROS PODERES	1.078	1.150	6,67%
ALERJ	161	156	-2,75%
TCE	106	105	-1,02%
TJ	628	680	8,26%
MP	183	209	13,92%
SUBTOTAL	12.532	14.814	18,21%
DESP. INTRA- ORÇAMENTÁRIA	448	526	17,33%
TOTAL GERAL	12.980	15.340	18,18%

Posição SIG/SIAFEM: 18/05/2010

* Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

alcançou R\$680 milhões, ambos concentrados em gastos de pessoal, por conta do aumento autorizado no segundo semestre de 2009.

IV.1 Despesa por Fonte de Recurso

Os recursos do Tesouro Estadual continuam financiando a maior parte da despesa realizada pelo Estado. No primeiro quadrimestre de 2010, esta participação foi de 74,6% (R\$11,05 bilhões) contra 25,4% (R\$3,75 bilhão) de Outras Fontes.

A contração de (- 63,0%) nas despesas financiadas pela FR 01, em parte se dá por conta da composição das rubricas de receita que compõem a FR 01. Neste ano de 2010 foi criada a FR 07, que passou a identificar as Demais Transferências da União, antes classificadas na FR 01. Considerando a nova classificação a redução passa para - 43,2%.

No âmbito das despesas financiadas por fontes próprias, o crescimento esteve concentrado no RIOPREVIDENCIA, (76,2%), cujas despesas relacionadas ao pagamento de inativos e pensionistas são feitas com as receitas de royalties e participações especiais que lhe cabem, conforme legislação vigente. O aumento de 10,8% nas despesas do SUS se destinou à implantação de novas UPAs e à aquisição de medicamentos.

IV. 2 Despesa por grupo

A despesa total do 1º quadrimestre de 2010, quando comparada a igual período do ano anterior cresceu 18,2% (+R\$2,28 bilhão).

O grupo de pessoal cresceu 11,3% (+R\$619,17 milhões). As atuais despesas incluem uma série de inovações introduzidas principalmente a partir do segundo semestre de 2009:

- 5% de reajuste salarial para as áreas de Educação e Segurança;

Tabela 17

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO				
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2009 / JAN-ABR 2010				
	DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	VAR %
	RECURSOS DO TESOURO	9.133	11.056	21,1%
00 - ORDINÁRIOS PROV. DE IMPOSTOS		7.076	7.771	9,8%
01 - ORDINÁRIOS NÃO PROV. DE IMPOSTOS		627	232	-63,0%
04 - INDEN.PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO		987	1.839	86,3%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO		35	88	150,7%
06 - FUNDO DE PART. DOS ESTADOS		53	172	224,2%
07 - DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS			124	
11 - OP. DE CRÉDITO ATRAVÉS DO TESOURO		21	307	1344,7%
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECP		317	507	60,0%
26 - CONT. DE INTERV. DOMÍNIO ECON. - CID		17	15	-7,7%
90 - FUNDO DEPÓSITOS JUDICIAIS (LEI 11.429/06)			,001	
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	3.399	3.758	10,6%
10 - ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA		2.639	2.856	8,2%
12 - CONVÉNIOS - ADM. DIRETA		53	49	-6,6%
13 - CONVÉNIOS - ADM. INDIRETA		49	21	-55,7%
14 - CONVÉNIOS PAC - ADM. DIRETA			76	
15 - FUNDEB		491	525	6,9%
16 - CONVÉNIOS PAC			15	
18 - CONVÉNIOS INTRAORÇAMENTÁRIOS - ADM. DIRETA			26	
19 - CONVÉNIOS INTRAORÇAMENTÁRIOS - ADM. INDIRETA			7	
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE		120	133	10,8%
98 - OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA		1	1	-51,0%
99 - OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA		47	50	5,7%
TOTAL GERAL		12.532	14.814	18,2%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
Posição SIG/SIAFEM: 18/05/2010

Tabela 18

DESPESAS POR GRUPO*				
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2009 / JAN-ABR 2010				
	DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	VAR %
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		5.478.689	6.097.865	11,30%
1.1 - EXECUTIVO		2.213.368	2.486.173	12,33%
1.2 - ALERJ		123.721	136.669	10,47%
1.3 - TCE		98.840	99.368	0,53%
1.4 - TJ		504.348	539.532	6,98%
1.5 - MP		142.329	173.398	21,83%
1.6 - INATIVOS E PENS.		2.205.366	2.470.854	12,04%
1.7 - PREVI-BANERJ		189.072	184.607	-2,36%
1.8 - REFER		1.645	7.264	341,56%
2 - JUROS ENC. E AMORT. DA DÍVIDA		1.195.266	1.117.195	-6,53%
3 - DESPESAS DE CUSTEIO**		5.656.378	6.563.904	16,04%
3.1.1 - EXECUTIVO		1.188.257	1.355.887	14,11%
3.1.2 - ALERJ		37.041	19.702	-46,81%
3.1.3 - TCE		7.270	5.775	-20,57%
3.1.4 - TJ		116.670	120.805	3,54%
3.1.5 - MP		33.996	31.356	-7,76%
3.1 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.273.144	5.030.379	17,72%
3.2.1 - ENC. COM A UNIÃO / INDEN. DE ROYALTIES (EGE)		875.332	1.223.600	39,79%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB		1.157.912	1.308.680	13,02%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS		2.239.900	2.498.099	11,53%
4 - INVESTIMENTOS		180.166	1.028.798	471,03%
4.1 - EXECUTIVO		167.511	1.008.319	501,94%
4.2 - ALERJ		32	9	-71,91%
4.3 - TCE		209	90	-56,78%
4.4 - TJ		6.861	19.430	183,17%
4.5 - MP		5.553	950	-82,90%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		21.170	6.544	-69,09%
TOTAL GERAL		12.531.669	14.814.306	18,21%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

** Exclui desp. com inativos e pens., previ-banerj e REFER consideradas no grupo de desp. correntes

Fonte: SIG / Posição de 18/05/2010

- Plano de Cargos e Salários para os docentes de 40h de Educação;
- Plano de Cargos e Salários para os servidores do RIOPREVIDÊNCIA;
- Atualização de valores de pensões pagas pelo RIOPREVIDÊNCIA;
- Diversas gratificações de incentivos a resultados na área de Segurança beneficiando policiais lotados no BOPE, no CORE, nas UPPs e nos Grupamentos Aeromarítimos, além de gratificações concedidas a policiais participantes de Programas estratégicos (Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD; Delegacia Legal e Programa de Capacitação em Operações Militares Estratégica, Temporária e Polícia de Proximidade – PROEPP, dentre outras). Na Defesa Civil, para aqueles atuantes nos Programas de Combate à Dengue; Rio sem Fumo e Vigilância Sanitária.

As despesas de pessoal dos Outros Poderes aumentaram 9,1% (+R\$79,72 milhões) em relação ao ano anterior, refletindo o aumento de remuneração de 5% concedido a partir de setembro/2009 e o pagamento de despesas de exercícios anteriores de pessoal, prática que vem ocorrendo desde 2009. Estas despesas, ainda que sejam de pessoal, não são contabilizadas no limite máximo de pessoal da LRF, nem no ano a que se referem, nem no ano em que são pagas.

As despesas de custeio em geral cresceram 16,04% (+R\$907,52 milhões), na sua maior parte correspondentes a despesas não discricionárias (Encargos com a União / Transferências ao FUNDEB e aos Municípios). No Executivo, houve uma variação de 14,1% (+R\$167,63 milhões), enquanto nos outros Poderes, houve redução de 8,8% (-R\$17,33 milhões) basicamente por conta dos recursos transferidos em 2009 pela ALERJ aos municípios atingidos por intempéries.

O aumento 19,8% (+R\$83,98 milhões) nas despesas com pagamento de pensionistas do Rioprevidência reflete, em parte, a continuidade da política de aceleração na concessão e na atualização dos valores das pensões de seus segurados.

O grupo de despesa que apresentou aumento significativo foi o de investimentos e outras aplicações de capital. A despesa cresceu 471,03% (+R\$848,63 milhões) em relação a 2009. Desse valor, R\$460,05 milhões se referem à entrega do ativo vendido em contrato firmado entre o ERJ e o BB – operação de cessão de direitos que antecipou as receitas oriundas do acerto Marlim creditadas ao Estado em 2010.

O crescimento dos investimentos tradicionais no bimestre, referentes à realização de obras e aquisição de equipamentos, bem como investimentos em municípios do interior fluminense também foi significativo, representando aumento do valor liquidado de +R\$388,57 milhões, tendo sido empenhados mais de R\$1,7 bilhão.

Para as obras do PAC, foram liquidados R\$118,64 milhões neste quadrimestre, dos quais R\$23,36 milhões se destinaram ao Arco Metropolitano.

A manutenção e conservação de rodovias e estradas vicinais requereram R\$74,83 milhões.

Visando o desenvolvimento da economia fluminense, nos municípios foram aplicados R\$89,28 milhões, aí incluídos R\$22 milhões destinados ao Programa Estradas da Produção que beneficia produtores rurais ao longo de estradas vicinais.

Na rede física de saúde foram gastos R\$70,97 milhões dos quais R\$39,41 milhões na implantação de novas UPAs.

Subtraído o pagamento da cessão de direitos ao BB, o crescimento dos investimentos no quadrimestre foi de R\$388,57 milhões.

Tabela 19
PRINCIPAIS INVESTIMENTOS
Em R\$ Mil

INVESTIMENTOS	2009		2010		%Δ 2010/2009	
	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	391.858	44.442	606.718	154.529	54,8%	247,7%
Gestão Ambiental	24.530	15.510	38.088	10.979		
Habitação	22.087	2.786	66.164	28.455	199,6%	921,3%
Organização Agrária			246	50		
Saneamento	107.535	57	93.198	887	-13,3%	
Urbanismo	237.706	26.089	409.022	114.159	72,1%	337,6%
TRANSPORTE	134.474	42.302	409.646	141.257	204,6%	233,9%
Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário - PET	19.169	5.078	3.860	1.908	-79,9%	-62,4%
Implantação da Estação General Osório	49.692	23.569	79.530	38.194	60,0%	62,1%
Restauração e Melhoria de Rodovias, Rodovias Vicinais e Obras de Arte	36.560	9.182	228.252	73.423	524,3%	
Contenção de Encostas e Taludes	12.614		805	138		
Apoio aos Municípios	1.033	1.033	91.650	26.317		
Demais Investimentos	15.405	3.440	5.550	1.278	-64,0%	-62,9%
SEGURANÇA PÚBLICA	63.473	18.137	86.119	34.361	35,7%	89,5%
Modernização Operacional e Reaparelhamento do CBMERJ	28.035	292	25.646	15.933	-8,5%	
Modernização Operacional e Reaparelhamento da PCERJ e PMERJ	8.186	6.073	27.002	12.042	229,9%	98,3%
Modernização Operacional e Reaparelhamento do Sistema Penitenciário	2.822	1.844	3.879	2.078	37,5%	12,7%
Demais Ações ligadas à Área de Segurança Pública	24.431	9.929	29.592	4.308	21,1%	-56,6%
SAÚDE	41.426	5.848	140.070	73.194	238,1%	1151,5%
Implantação das Unidades UPA 24 Horas	6.334	237	55.479	39.417	775,9%	
Reforma, Construção e Modernização da Rede Própria de Saúde	17.796	4.430	79.085	29.978	344,4%	
Demais Ações ligadas à Área de Saúde	17.296	1.181	5.505	3.799	-68,2%	221,6%
EDUCAÇÃO	129.005	17.480	84.971	16.560	-34,1%	-5,3%
Aperfeiçoamento e Modernização da Rede Escolar - Ensino Fundamental e Médio	118.396	11.311	60.804	2.112	-48,6%	
Aperfeiçoamento e Modernização Ensino Superior	5.909	3.705	14.538	9.898	146,0%	167,1%
Aperfeiçoamento e Modernização Ensino Profissionalizante	4.434	2.273	9.627	4.547	117,1%	
Demais Ações ligadas à Área de Educação	266	191	3	3	-99,0%	-98,7%
AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.151	726	24.596	23.638	2037,5%	3155,8%
Agricultura	71	30	23.658	23.469	33116,6%	78806,5%
Indústria	31	8	249	8	701,7%	
Comércio e Serviços	1.048	688	689	161	-34,3%	-76,6%
GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO	36.010	23.317	81.181	31.900	125,4%	36,8%
Gestão Ambiental	18.936	11.227	71.479	31.891	277,5%	184,1%
Saneamento	17.074	12.090	9.703	9	-43,2%	-99,9%
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS CIDADANIA	375	12	3.154	43	740,2%	250,3%
Ações ligadas à Área de Assistência Social	198	12	2.463	43	1146,5%	250,3%
Ações ligadas à Área de Direitos da Cidadania	178		691			288,5%
CULTURA, DESPORTO E LAZER	2.799	2.411	11.287	3.311	303,3%	37,3%
Ações ligadas à Área de Cultura	2.799	2.411	7.292	1.552	160,5%	-35,6%
Ações ligadas à Área de Desporto e Lazer			3.995	1.759		
URBANISMO, HABITAÇÃO e ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	5.644	4.077	71.064	40.382	1159,1%	890,5%
Ações ligadas à Área de Habitação e Organização Agrária	167	88	299	287	78,9%	225,6%
Ações ligadas à Área de Urbanismo	5.477	3.989	70.765	40.096	1192,1%	905,2%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.390	9	8.917	1.551	541,5%	17464,8%
ENCARGOS ESPECIAIS - Restituições Recursos de Terceiros			460.059	460.059		
TRABALHO	93	31	117	53	25,4%	69,7%
JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO	101.315	13.778	146.124	23.502	44,2%	70,6%
ADMINISTRAÇÃO	14.700	5.757	6.308	3.421	-57,1%	-40,6%
COMUNICAÇÕES	34	34	3	3	92,3%	-92,3%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.482	1.803	25.583	21.034	634,8%	1066,5%
TOTAL	927.229	180.166	2.165.916	1.028.798	133,6%	471,0%
TOTAL (Sem Restituições de Recursos de Terceiros)	927.229	180.166	1.705.857	568.739	84,0%	215,7%

FONTE: SIG/SIAFEM 18-05-2010

IV. 3 Despesa por área de governo

Este número do boletim analisa as áreas sujeitas as despesas mínimas de acordo com índice constitucional, Educação, Saúde e Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM, além de uma discussão da execução do PAC e um BOX das despesas com investimentos gerenciadas pelo DER.

IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional

As despesas comentadas no corpo deste texto se referem exclusivamente as financiadas com recursos do Tesouro Estadual e que são consideradas para a apuração do índice constitucional. As despesas financiadas com outras fontes de recursos, inclusive os provenientes do Sistema Único de Saúde – SUS serão comentadas no Box 2 a seguir.

No período janeiro-abril de 2010, o ERJ aplicou em saúde R\$672,08 milhões, incremento de 25,6% (+R\$136,86 milhões) em relação à aplicação realizada no mesmo período em 2009. Pela ótica da liquidação, o ERJ aplicou no 1º bimestre apenas 8,7% da base de cálculo adotada pela Emenda Constitucional nº 29/2000, percentual inferior aos 12% constitucionais que as contas anuais devem atender. Trata-se, no entanto de patamar semelhante ao de 2009, e reflete um padrão sazonal que leva à recuperação dos gastos nos meses seguintes. Em contraste com o valor liquido, o total de compromissos assumidos no período (empenho) já atinge 12,9% (R\$994,11 milhões) da base de cálculo do 1º quadrimestre (Tabela 21).

Para o exercício de 2010 a área da saúde conta com R\$2,51 bilhões, incremento de 7,6% (+R\$177,54 milhões) em relação aos recursos destinados em 2009 que eram de R\$2,33 bilhões.

A análise da despesa liquida por grupo demonstra que no primeiro quadrimestre os gastos com pessoal e encargos sociais foram responsáveis por 52,2% do total executado no período (R\$350,57 milhões), seguido pelo custeio com 34,9% (R\$234,56 milhões) e pelo pagamento da dívida com

Tabela 20

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		
	2009	2010	Δ %
Base de Cálculo	6.953	7.723	11,1%
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	834	927	11,1%
Total da Despesa	535	672	25,6%
% Aplicação	7,7%	8,7%	

Fonte: SIG/SIAFEM (18/05/2010)

Tabela 21

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)			
	2009		2010	
	EMP	LIQ	EMP	LIQ
Base de Cálculo (Receita)	6.953		7.723	
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)		834		927
Total da Despesa	824	535	994	672
Índice Const. Aplicado	11,9%	7,7%	12,9%	8,7%

Posição: 18/05/2010

7,2% (R\$ 49,29 milhões). O grupo de investimentos com recursos destinados ao cumprimento do mínimo constitucional apresenta uma execução de 5,6% do total (R\$37,59 milhões). A Tabela 22 demonstra a dotação anual para o exercício, assim como a execução no 1º quadrimestre por grupo de despesa.

No âmbito de pessoal, a despesa de todas as categorias foi superior ao mesmo período de 2009, com destaque para o pessoal militar, especialistas na área da saúde, cujo incremento foi de 9,4% (+R\$5,90 milhões), um pouco mais de R\$1,5 milhão a cada mês, reflexo do reajuste salarial de 5% para pessoal do CBMERJ a partir de outubro de 2009 e das gratificações de incentivo a resultados (Tabela 23).

No âmbito do custeio, a despesa liquidada no 1º quadrimestre foi de R\$234,56 milhões, R\$88,02 milhões a mais que o mesmo período de 2009. As despesas com material de consumo destinados às atividades fim de saúde (classificadas como insumos na Tabela 24) superaram em 20,9% o mesmo período de 2009, por conta do contínuo aumento da oferta de serviços em saúde, inclusive com o início do funcionamento do Hospital Estadual da Mulher em São João de Meriti, repercutindo no incremento dos demais gastos de custeio para as ações de apoio logístico (+31,2%).

Com a aquisição de medicamentos, o incremento de R\$23,48 milhões decorre da maior disponibilização de recursos para o Plano Estadual de Assistência Farmacêutica que contempla uma listagem de 30 medicamentos tidos como de atenção básica que são distribuídos pelos municípios e que são co-financiados pelas três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal).

A execução no grupo de investimentos com recursos do Tesouro foi de R\$37,59 milhões, cuja destinação está detalhada na Tabela a seguir. Os investimentos realizados pelo IVB estão financiando a implantação de Empresa de Biotecnologia – IVB BIOTEC que passará a produzir

Tabela 22

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNÇÃO SAÚDE POR GRUPO DE DESPESA					
	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		2010		% Δ 2010 / 2009	
	DISP.	LIQ.	DISP.	LIQ.	DOT.	LIQ.
PESSOAL	1.194.101	329.436	1.253.531	350.571	5,0%	6,4%
CUSTEIO	991.909	146.536	1.056.749	234.560	6,5%	60,1%
INVESTIMENTOS	156.917	863	182.081	37.599	16,0%	
JUROS			264	49		
AMORT. DA DÍVIDA	86.427	58.380	120.816	49.299	39,8%	-15,6%
TOTAL	2.429.353	535.215	2.613.442	672.077	7,6%	25,6%

Posição: 18/05/2010
Tabela 23

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PESSOAL SAÚDE		
	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		Δ%
	2009	2010	
PESSOAL MILITAR	62.785	68.693	9,4%
PESSOAL CIVIL	266.529	281.471	5,6%
Estatutário	157.417	163.075	3,6%
Contratação por Tempo Determinado	31.073	46.968	51,2%
Cooperativados	78.039	71.428	-8,5%
SENTENÇAS, INDENIZAÇÕES E RESSARCIMENTOS	122	407	232,7%
TOTAL DESPESA PESSOAL SAÚDE	329.436	350.571	6,4%

Posição: 18/05/2010
Tabela 24

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CUSTEIO SAÚDE		
	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		Δ%
	2009	2010	
MEDICAMENTOS	4.838	28.318	485,4%
Em Geral	4.838	28.318	485,4%
MATERIAL DE CONSUMO	24.683	35.644	44,4%
Insumo	18.306	22.124	20,9%
Apoio	6.377	13.520	112,0%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	100.585	129.467	28,7%
Insumo	24.532	34.777	41,8%
Apoio	66.497	84.054	26,4%
Utilidade Pública	9.556	10.636	11,3%
TRANSFERÊNCIAS À MUNICÍPIOS	5.675	21.603	280,7%
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	10.756	19.528	81,6%
TOTAL DESPESA CUSTEIO SAÚDE	146.536	234.560	60,1%

Posição: 18/05/2010



medicamentos de alta complexidade, que atualmente são importados.

Tabela 25

DESPESAS DE CAPITAL FUNÇÃO SAÚDE (INVESTIMENTOS)
RECURSOS DO TESOURO

UO	HISTÓRICO	JAN-ABR 2010		Em R\$
		EMP.	LIQ.	
2961 - FES	MODERNIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DE ELEVADORES EM DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE	1.245.400	555.206	
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA FARMACIA CENTRAL DE DISPENSACAO (RIO DE JANEIRO)	1.966.946	1.881.503	
	AQUISIÇÃO DE 100 AMBULÂNCIAS	10.994.000	-	
	AQUISIÇÃO DE UNIDADES MODULARES DE SAÚDE COM PORTABILIDADE	21.696.703	15.187.692	
	AUXILIO FINANCEIRO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARRAIAL DO CABO	250.000	250.000	
	OBRAS DE CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO H.G. DE SÃO JOÃO DE MERITI (HOSPITAL GERAL DA MULHER)	3.491.333	2.934.619	
	AQUISIÇÃO DE MONITORES DE MULTIPARAMÉTRO E TRASUTÂNEO PARA UNIDADES DE SAÚDE	11.269.000	-	
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM NO CENTRO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	5.632.392	-	
	MÓDULOS PARA COMPOSIÇÃO E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPAs	9.995.916	6.094.529	
	AQUISICAO DE 225 UNIDADES DE CARDIOVERSOR PARA EQUIPAMENTO DE UTI	6.501.227	6.501.227	
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (DIVERSOS)		15.032.969	3.526.290	
TOTAL FES		88.075.886	36.931.065	
2971 - IVB	IMPLANTACAO DE EMPRESAS DE BIOTECNOLOGIA - IVB BIOTEC	707.245	667.678	
TOTAL IVB		707.245	667.678	
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL SAÚDE		88.783.131	37.598.743	

Posição: 18/05/2010

O crescimento da aplicação de recursos na área de saúde na atual gestão está cada vez mais direcionado para a prestação de serviços de excelência em diversos municípios da região metropolitana, visando atender a toda a região e não apenas o município onde estão localizadas essas unidades. A maior UTI do Estado, com 75 leitos (segunda maior do país) está localizada no município de São Gonçalo. A recente inauguração do Hospital Estadual da Mulher em São João de Meriti veio oferecer procedimentos especializados em complicações da maternidade e outras áreas de alta complexidade.

A inauguração do Hospital da Mulher, em São João de Meriti, veio fortalecer os serviços especializados em complicações da maternidade e outras áreas de alta complexidade.



BOX 2 – Despesas da Área Saúde financiadas com Outras Fontes

A área da saúde conta com outras fontes de financiamento, além dos recursos do Tesouro Estadual: Convênios, Sistema Único de Saúde (SUS) e recursos diretamente arrecadados pelo Instituto Vital Brasil (IVB), por meio da venda de soros e fármacos de produção própria. No primeiro quadrimestre de 2010, essa receita somou R\$224,01 milhões, valor 39,8% (-R\$148,21 milhões) abaixo do realizado no período equivalente de 2009. Fazendo uso da previsão de recursos futuros e quando cabível dos superávits financeiros (recursos poupanços em anos anteriores), a assunção de compromissos, i.e., empenhos, com base SUS já se deu em valor maior, R\$239,33 milhões, do que os recursos correntes efetivamente recebidos no ano (+R\$21,34 milhões).

A contração na receita de outras fontes da área de saúde concentra-se basicamente nos recursos oriundos do SUS (- 38,6%) repassados para o FES, o que se explica principalmente por dois fenômenos, um dos quais estruturais. Em 2010, muitos municípios do Estado, por conta de reestruturação organizacional, alcançaram a condição de “gestão plena”, passando a receber os recursos diretamente do Ministério da Saúde (MS), tornando-se desnecessária a respectiva transferência através do FES. Além disso, neste ano, as despesas no combate à dengue têm sido menores.

A arrecadação de convênios, neste quadrimestre foi inferior a do mesmo período de 2009, -78,4% (-R\$12,01 milhões). Esta diferença se deve a um convênio firmado em 2009 entre o FES e o DETRO, que repassou, no período, R\$9,5 milhões para obras e equipamentos do Hospital do Povo Dona Lindu, em Paraíba do Sul, cuja despesa foi parcialmente executada nos meses seguintes de 2009. Além deste, mais R\$2,3 milhões foram repassados ao FES pelo Ministério da Saúde para equipamentos em unidades especializadas, ainda sem execução da despesa.

No âmbito do IVB, o expressivo aumento da receita de convênios (+R\$2,39 milhões) tem respaldo na formalização de convênio com o MS para produção de soros - Programa Nacional de Imunização. O contrato de parceria entre o IVB e a FIOCRUZ para o beneficiamento de produtos farmacêuticos e veterinários produzidos pelo segundo incrementou sua receita própria em 17,7%.

As Tabelas abaixo demonstram a receita e despesa de outras fontes realizadas na área da saúde por Unidade Executora:



RECEITA REALIZADA DA ÁREA DE SAÚDE FONTES – Não Tesouro

UGE	FR	2009	2010	% Δ 2010 / 2009
SEAP	SUS	1.247	808	-35,2%
FES	CONVÉNIOS	14.935	525	-96,5%
	SUS	346.639	212.998	-38,6%
TOTAL FES		361.574	213.524	-40,9%
FUNESBOM	SUS	154	777	405,4%
	CONVÉNIOS	379	2.778	632,6%
IVB	RECEITA PRÓPRIA	2.310	2.720	17,7%
TOTAL IVB		2.689	5.498	104,5%
UERJ/HUPE	SUS	6.556	3.401	-48,1%
TOTAL CONVÉNIOS		15.315	3.304	-78,4%
TOTAL SUS		354.595	217.984	-38,5%
TOTAL RECEITA PRÓPRIA		2.310	2.720	17,7%
TOTAL GERAL		372.220	224.008	-39,8%

DESPESA DA ÁREA DE SAÚDE FONTES – Não Tesouro

UGE	FR	JAN-ABR / 2009		JAN-ABR / 2010		% Δ 2010 / 2009		EM R\$MIL
		EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.	
FES	CONVÉNIOS	4.391	4.365	1.962	722	-55,3%	-83,5%	
	SUS	237.244	114.087	225.876	124.256	-4,8%	8,9%	
TOTAL FES		241.635	118.452	227.838	124.978	-5,7%	5,5%	
FUNESBOM	RECEITA PRÓPRIA			576	172			
	SUS*	1.031	690	1.414	709	37,2%	2,8%	
TOTAL FUNESBOM		1.031	690	1.991	881	93,2%	27,7%	
IVB	CONVÉNIOS	1.218	1.123	3.686	2.295	202,6%	104,3%	
	RECEITA PRÓPRIA	2.109	1.868	2.229	2.001	5,7%	7,1%	
TOTAL IVB		3.327	2.991	5.915	4.295	77,8%	43,6%	
UERJ/HUPE	SUS**	8.742	5.109	9.673	5.419	10,6%	6,1%	
SEAP	CONVÉNIOS			38				
	SUS*	1.811	8	3.784	2.434	108,9%	30326,2%	
TOTAL SEAP		1.811	8	3.822	2.434	111,0%	30326,2%	
TOTAL CONVÉNIOS		5.610	5.488	5.686	3.017	1,4%	-45,0%	
TOTAL SUS		247.797	119.203	239.333	132.109	-3,4%	10,8%	
TOTAL RECEITA PRÓPRIA		2.109	1.868	2.805	2.173	33,0%	16,3%	
TOTAL GERAL		255.616	126.560	247.824	137.299	-3,0%	8,5%	

* A DESPESA DO SUS NO FUNESBOM E NA SEAP SÃO CLASSIFICADAS NA FUNÇÃO SEGURANÇA.

** EM 2010 A DESPESA DO SUS NA UERJ, DESTINADA AO HOSP. PEDRO ERNESTO, ESTÁ CLASSIFICADA NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO

As despesas liquidadas financiadas com fontes não-Tesouro totalizaram no primeiro quadrimestre de 2010, R\$137,29 milhões, 8,5% maior que o total executado no mesmo período de 2009 quando foram gastos R\$126,56 milhões.

O maior volume de recursos do SUS é executado pelo Fundo Estadual de Saúde, cuja maior parcela destina-se à rede de saúde dos municípios fluminenses. A parcela executada pela UERJ destina-se ao Hospital Pedro Ernesto; a da Secretaria de Administração Penitenciária e a do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros é aplicada nas unidades de saúde dos respectivos órgãos.

IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional¹⁶

A base de cálculo do índice de aplicação de recursos em educação cresceu 11,1% no 1º quadrimestre de 2010, em relação ao igual período de 2009, definindo uma aplicação mínima de R\$1,93 bilhão no período (Tabela 26).

O dispêndio total no quadrimestre foi de R\$1,66 bilhão, representando incremento de 11,3% (+R\$172,37 milhões) em relação a 2009. Essa despesa representa 21,5% da receita base de cálculo para o cumprimento do índice constitucional.

Expressiva parcela dos recursos aplicados foi financiada com o “retorno do FUNDEB” (R\$ 726,98 milhões), recursos de impostos arrecadados pelo Estado, repassados ao FUNDEB nos percentuais estabelecidos pela Lei 11.494/2007, retornando para despesas da rede própria Estado, de acordo com o coeficiente de matrículas apurado pelo MEC através de censo escolar. A diferença entre a contribuição do Estado (R\$ 1,30 bilhão) e o que lhe foi devolvido alcançou R\$581,70 milhões, aplicados pelos municípios fluminenses (Tabela 27). Em 2010 a proporção entregue aos municípios aumentou por conta do maior peso dado aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, majoritariamente atendidos pelos municípios, em detrimento da fração alocada aos alunos do secundário e anos mais avançados do fundamental.

A SEEDUC é responsável pela aplicação da maior parcela de recursos da Função Educação, R\$713,05 milhões no primeiro bimestre de 2010 (42,9% do total da função), seguida de EGE/SEFAZ que repassa (Transferência

Tabela 26
APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)			R\$ mil
	2009	2010	2009	2010	Δ %	
BASE DE CÁLCULO (receita)	3.454	3.786	6.953	7.723	11,1%	
Minímo a se aplicado em Educação 25%	863	946	1.738	1.931	11,1%	
Despesa Aplicada no Período	782	857	1.491	1.664	11,6%	
INDICE - CONSTITUCIONAL - RECURSOS APLICADOS	22,6%	22,6%	21,4%	21,5%	0,4%	

FONTE SIG/SIAFEM

SIG: 18/05/2010

Tabela 27
FUNDEB-Contribuição do Estado e Transferência Efetiva aos Municípios
Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABR		Δ %
	2009	2010	
Contribuição do Estado	1.157,91	1.308,68	13,0%
Retorno ao Estado	674,79	726,98	7,7%
Transf. Efetiva aos Municípios	483,12	581,70	20,4%

Tabela 28
DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-ABR)			PARTIC.UO DESP TOTAL 2010
	2009	2010	Δ %	
SEEDUC	673.688	713.059	5,8%	42,9%
NOVO DEGASE	22.440	30.217	34,7%	1,8%
EGE/SEFAZ	483.120	581.705	20,4%	35,0%
FAPERJ	45.048	47.002	4,3%	2,8%
UERJ	134.231	149.247	11,2%	9,0%
FAETEC	101.762	107.950	6,1%	6,5%
UENF	24.787	27.611	11,4%	1,7%
CECIERJ	3.952	3.712	-6,1%	0,2%
UEZO	2.121	3.014	42,1%	0,2%
TOTAL DA DESPESA	1.491.149	1.663.517	11,6%	100,0%

FONTE SIG/SIAFEM

Extração 18/05/2010

¹⁶ O orçamento da Função Educação engloba as dotações das seguintes UOs:

1801 - Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC

1802 – Departamento Geral de Ações Socio-Educativas –Novo Degase

3702 – Encargos Gerais do Estado – EGE/SEFAZ

4041 – Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa - FAPERJ

4043 – Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

4044 - Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

4045 – Fundação Universidade do Estado do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

4046 - Fundação Centro de Ciências de Educação Superior à Distância – CECIERJ

4047 – Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO



Líquida) ao FUNDEB para aplicação pelos municípios fluminenses (R\$581,70 milhões).

O expressivo da SEEDUC é justificado pela abrangência da Rede Estadual de Ensino que conta com um corpo docente 72.000 professores para atendimento de aproximadamente 1.250.000 alunos matriculados em 1.537 unidades escolares.

Na Função Educação, por força de sua atividade fim, os gastos são eminentemente voltados para a área de pessoal, que tem merecido especial atenção da atual gestão, por meio da valorização dos profissionais. Em todos as unidades orçamentárias, a participação da despesa de pessoal no gasto total do quadrimestre supera 75%. O incremento de 8,9% nas despesas de pessoal decorre do reajuste salarial que vem sendo concedido a cada ano aos profissionais da área, além do enquadramento funcional por titulação e tempo de serviço e admissão de novos professores concursados. Em 2009, o percentual de aumento salarial foi de 5% a partir do segundo semestre.

As despesas de custeio da Função Educação cresceram 13,9% no 1º quadrimestre de 2010, quando comparadas com o mesmo período em 2009.

Especificamente na SEEDUC, a contração das despesas de custeio, financiadas com recursos do Tesouro, decorre do menor valor consignado em 2010 para esses gastos, inferior em 18,1% à dotação de 2009. Tais despesas passaram a ser custeadas por recursos provenientes do salário-educação. Por outro lado, essa redução veio permitir um aumento de 11,1% na dotação destinada à pessoal.

Ainda no âmbito do custeio, o gasto do quadrimestre da SEEDUC não reflete o aumento das despesas decorrente do projeto Climatizar, já implantado em 83% das escolas, ds quais 434 (48%) já estão com os aparelhos de ar condicionado em funcionamento.

Na FAPERJ, a redução em custeio se deve à reclassificação das bolsas de pesquisa destinadas à

Tabela 29

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR GRUPO

Em R\$milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		
	2009	2010	Δ %
PESSOAL	815.637	888.249	8,9%
CUSTEIO	668.454	761.392	13,9%
INVESTIMENTO	3.582	13.875	287,4%
INVERSÕES	3.476		
TOTAL DA DESPESA	1.491.149	1.663.517	11,6%

FONTE SIG/SIAFEM

Extração 18/05/2010

Gráfico 1

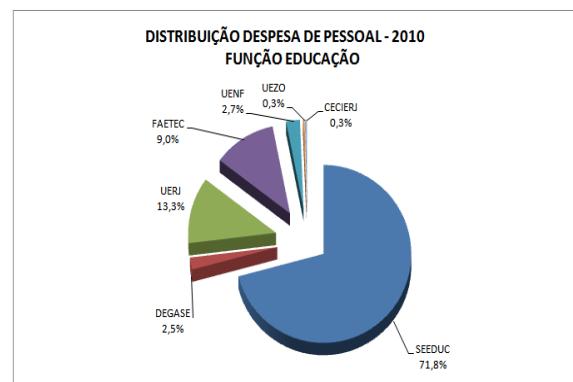


Tabela 30

FUNÇÃO EDUCAÇÃO
DESPESA DE CUSTEIO POR UO

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		
	2009	2010	Δ %
SEEDUC	93.420	77.403	-17,1%
NOVO DEGASE	4.666	9.011	93,1%
FAPERJ	45.048	39.996	-11,2%
UERJ	31.319	36.563	16,7%
FAETEC	6.437	11.890	84,7%
UENF	3.591	3.991	11,1%
CECIERJ	823	717	-12,8%
UZO	30	117	288,7%
SUBTOTAL	185.334	179.688	-3,0%
Transf.FUNDEB - Perda líquida	483.120	581.705	20,4%
TOTAL GERAL	668.454	761.392	13,9%

FONTE SIG/SIAFEM

Extração 18/05/2010

inovação tecnológica, que passaram a ser identificadas como investimentos.

O custeio da FAETEC apresentou expressivo aumento (84,7%) por conta da implantação de novos CETEPs - Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante, com cursos de informática, montagem e manutenção de computadores, telemarketing e bombeiro hidráulico distribuídos em diversos municípios.

Com a criação da unidade orçamentária para registro das despesas do DEGASE, antes registradas em uma ação dentro da SEEDUC, dá-se visibilidade à aplicação dos recursos destinados à inclusão social de adolescentes em conflito com a lei, que neste quadrimestre somaram R\$9,01 milhões em custeio, 93,1% maior que em 2009.

A despesa liquidada em investimentos apresentou a sazonalidade típica de início de exercício, alcançando apenas R\$13,8 milhões dos cerca de R\$129 milhões liberados para o período (60% do disponível anual). Os compromissos já assumidos atingem cerca de 50% do total liberado.

Do valor empenhado, 67,8% estão concentrados na SEEDUC, destinados, principalmente, à aquisição de 200 ônibus (R\$40,6 milhões) para o transporte escolar da clientela de municípios do interior não atingidos pelo sistema de gratuidade.

A Tabela abaixo detalha os investimentos por unidade orçamentária.

O Projeto Climatizar já foi integralmente implantado em 434 escolas da Rede Estadual (48% da rede física).

A Secretaria de Educação investiu R\$40,6 milhões no Transporte Escolar em municípios do interior, na aquisição de 200 ônibus.

Tabela 31
**INVESTIMENTOS DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO
RECURSOS DO TESOURO**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PT	JAN-ABR/2010			Em R\$
		EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	
1801 - SEEDUC	Manut Ativid Operacionais / Administrativas	100.965	70.550	65.330	
	Modernizaç e Reequip de Unid Educacionais	5.110.241	1.493.701	1.271.437	
	Modernização Operacional para Gestão Escolar	416	416	-	
	Operacionalização da Educação Básica	103.274	103.274	71.024	
1802 - DEGASE	Transporte Escolar	40.600.000	-	-	
		45.914.896	1.667.940	1.407.791	
	Impl,Reforma e Reeq Un Atend Socioeducativo	3.465.271	286.679	1.003	
		3.465.271	286.679	1.003	
4041 - FAPERJ	Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	7.534.335	7.005.612	4.904.187	
		7.534.335	7.005.612	4.904.187	
4043 - UERJ	Ampliação e Reequipamento da UERJ	38.562	36.791	17.836	
	Desenv Graduação, Pós-grad, Pesq e Extensão	59.484	53.730	29.888	
	Manut Ativid Operacionais / Administrativas	6.749	6.749	6.749	
		104.795	97.270	54.473	
4044 - FAETEC	Desenv Centros Vocacionais Tecnolog - CVTs	1.069.046	159.550	-	
	Modernização e Reequipamento das Unid FAETEC	8.557.468	4.387.220	3.716.242	
		9.626.514	4.546.770	3.716.242	
4045 - UENF	Consolidação do Complexo Universitário UENF	848.971	207.013	207.013	
	Desenvolv do Ens, Pesq e Extensão UENF	8.087	-	-	
	Manut Ativid Operacionais / Administrativas	1.960	-	-	
		859.018	207.013	207.013	
4046 - CECIERJ	Formação Superior à Distância	648	-	-	
	Implementação do Pré-Vestibular Social	44.170	8.461	-	
	Manut Ativid Operacionais / Administrativas	116.837	55.689	35.000	
		161.655	64.150	35.000	
TOTAL		67.666.483	13.875.434	10.325.709	

Extração 18/05/2010

BOX 3 – Despesas da Área de Educação financiadas com Outras Fontes de Recursos

A área de educação também conta com recursos provenientes de convênios, transferências da União/Salário-Educação e aqueles diretamente arrecadados pelas fundações.

A arrecadação no primeiro bimestre de 2010 do Salário-Educação aumentou 6,4% (+R\$6,42 milhões) em relação a 2009. Crescimento expressivo foi identificado nas transferências de convênios com 72,6% (+R\$21,54 milhões). Os recursos diretamente arrecadados pelas Fundações apresentaram um pequeno aumento de 5%, basicamente concentrado na UERJ.

Pelo lado da despesa, a execução do quadrimestre teve forte incremento de R\$73,74 milhões, dos quais R\$52,98 milhões foram financiados com recursos do salário-educação, no custeio das unidades escolares, basicamente nutrição escolar e serviços de apoio à atividade educacional.

EM R\$				
TIT U.O	FR	JAN-ABR 2009	JAN-ABR 2010	% Δ
SEEDUC	Salário Educação Convênios	101.059.961 10.968.292	107.484.552 20.812.634	6,4% 89,8%
SEEDUC TOTAL		112.028.254	128.297.186	14,5%
DEGASE	Convênios	6.300.000	3.161.918	-49,8%
DEGASE TOTAL		6.300.000	3.161.918	-49,8%
FAPERJ	Diretamente Arrecadados Convênios	5.278 4.664.386	499 9.118.083	-90,6% 95,5%
FAPERJ TOTAL		4.669.664	9.118.582	95,3%
UERJ	Diretamente Arrecadados Convênios	12.471.757 4.545.447	13.104.556 3.103.281	5,1% -31,7%
TOTAL UERJ		17.017.204	16.207.837	-4,8%
FAETEC	Diretamente Arrecadados Convênios	12.011 498.450	9.548 2.815	-20,5% -99,4%
FAETEC TOTAL		510.461	12.363	-97,6%
UENF	Diretamente Arrecadados Convênios	24.481 1.372.720	36.651 13.551.299	49,7% 887,2%
TOTAL UENF		1.397.201	13.587.950	872,5%
CECIERJ	Diretamente Arrecadados Convênios	82.512 1.328.383	56.448 1.476.543	-31,6% 11,2%
TOTAL CECIERJ		1.410.895	1.532.991	8,7%
UEZO	Diretamente Arrecadados	-	20.480	
UEZO TOTAL		-	20.480	
TOTAL Salário Educação		101.059.961	107.484.552	6,4%
TOTAL Convênios		29.677.679	51.226.574	72,6%
TOTAL Diretamente Arrecadados		12.596.039	13.228.181	5,0%
TOTAL GERAL		143.333.680	171.939.308	20,0%

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DE OUTRAS FONTES - ÁREA EDUCAÇÃO

EM R\$				
TIT U.O	FR	JAN-ABR 2009	JAN-ABR 2010	% Δ
SEEDUC	Salário Educação Convênios	35.153.449 9.978.598	88.140.360 21.446.510	150,7% 114,9%
SEEDUC TOTAL		45.132.047	109.586.869	142,8%
DEGASE	Convênios	11.379	170.513	1398,5%
FAPERJ	Convênios	4.482.171	7.229.198	61,3%
UERJ	Arrecadação Própria	6.404.534	9.512.480	48,5%
	Convênios	4.729.233	3.075.968	-35,0%
	SUS	169.262	5.419.351	3101,8%
TOTAL UERJ		11.303.029	18.007.798	59,3%
FAETEC	Convênios	452.472		
UENF	Arrecadação Própria	-	9.710	
	Convênios	587.911	525.603	-10,6%
TOTAL UENF		587.911	535.313	-8,9%
CECIERJ	Arrecadação Própria Convênios	91.049 340.199	322.257 290.356	253,9% -14,7%
TOTAL CECIERJ		431.248	612.613	42,1%
TOTAL GERAL		62.400.257	136.142.304	118,2%
TOTAL Salário Educação		35.153.449	88.140.360	150,7%
TOTAL Convênios		20.129.491	32.738.146	62,6%
TOTAL Diretamente Arrecadados		91.049	331.967	264,6%

** No âmbito da UERJ o Hospital universitário Pedro Ernesto conta com recursos do SUS contabilizados na função 10 (saúde)

Extração 18/05/2010

IV. 3.3 FECAM

Em 2010, a previsão de aplicação em projetos ambientais financiados com o Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM cresceu 35,68% em relação a 2009, aí incluídos os recursos provenientes do acerto de Marlim, que em 2009, corresponde a R\$32,7 milhões, e R\$101,3 milhões em 2010. Para apuração do índice constitucional excluídos os valores referentes ao acerto de Marlim, a previsão para 2010 (R\$242,17 milhões) é 6,3% maior que o aplicado em 2009.

No segundo bimestre (MAR-ABR), foram incorporados ao orçamento do FECAM mais R\$ 10,5 milhões provenientes do excesso de arrecadação da receita oriunda de royalties.

Considerando os investimentos, efetivamente, realizados (R\$ 28,27 milhões) nesse quadrimestre, verifica-se uma aplicação de apenas 1,8% dos recursos do Fundo, o que não ocorre quando se analisa a despesa comprometida (empenhada) aumentando o índice de aplicação para 4,2%, bem próximo do mínimo constitucional (5%).

Ainda incipiente a aplicação dos recursos do FECAM, pode-se destacar a realização de obras nos sistemas auxiliares do Metrô de Copacabana, implantação de pilotagem automática no trecho Botafogo - Arco Verde e obras de sinalização no trecho Cantagalo / General Osório.

O FECAM tem tido um papel crescente na articulação de uma política estadual de conservação ambiental, onde se inclui o tratamento de resíduos sólidos e saneamento. No controle e prevenção de inundações, foram aplicados neste último bimestre R\$18,19 milhões, no sentido de reduzir as consequências causadas por intempéries.

Tabela 32
ORÇAMENTO ANUAL FECAM

ÓRGÃO	REALIZADO 2009	DOT. ATUAL 2010	Em R\$ Mil
			Δ% 2009/DOT. ATUAL 2010
SEOBRAS	25.143		
CEHAB	609		
SEA	9.267		
FECAM	82.823	353.473	
INEA	78.423		
RIOTRILHOS	64.255		
TOTAL GERAL*	260.521	353.473	35,68%
ACERTO DE MARLIM	32.700	111.300	
VALOR CONSIDERADO PARA O ÍNDICE (EXCLUÍDO ACERTO DE MARLIM)	227.821	242.173	6,30%

Tabela 33
**BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO FECAM
LIQUIDADO**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)			Em R\$ milhões
	2009	2010	%	2009	2010	%	
Base de Cálculo	189	289	52,6%	1.097	1.532	39,6%	
Minímo a ser aplicado em FECAM 5%		9	14	52,6%	55	77	39,6%
Total da Despesa	35	27		35	28		
Índice Constitucional Recursos aplicados	18,5%	9,2%		3,2%	1,8%		

*Desconsiderada Receita referente ao acerto de Marlim - parcelas jan/abr (R\$424,16 mm)

Tabela 34
**PRINCIPAIS INVESTIMENTOS
JAN-ABR 2010**
EM R\$

UNIDADE EXECUTORA	INVESTIMENTOS	EMPENHADO	LIQUIDADO
EMOP	REMANEJAMENTO DE OCUPAÇÕES NAS COMUNIDADES DA ROCINHA, CHÁCARA DO CÉU E PARQUE DA PEDRA BRANCA.	5.655.575	1.823.552
SEOBRAS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA BAIXADA FLUMINENSE / SÃO GONÇALO - PAC	3.234.970	
	PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL - MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO - PARATY	756.000	275.726
	SANEAMENTO DO ENTORNO DA BAÍA DE GUANABARA - PAC	2.312.823	
CEHAB	ALUGUEL PROVISÓRIO EM FAVOR DE FAMÍLIAS NOS MUNICÍPIOS DE MESQUITA E BELFORD ROXO	78.810	78.810
	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NOS MUNICÍPIOS DE MESQUITA E BELFORD ROXO	80.472	59.243
SEA	COMBATE E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS - MONITORIA DE FRAGMENTOS FLORESTAIS E CRESCIMENTO URBANO NO RJ	958.973	497.109
	LIXO ZERO	3.616.048	90.749
	RIO LIMPO - ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS PARA SISTEMAS DE ESG. SANIT. NOS MUNICÍPIOS CONCEIÇÃO DE JACAREI, SÃO GONÇALO, ITABORAI, CONCEIÇÃO DE MACACU, VASSOURAS, MARICÁ, BOM JARDIM E SÃO JOÃO DA BARRA.	3.219.070	2.594.457
INEA	SISTEMA DE INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS P/MITIGAÇÃO DAS CHEIAS DO RIO MURIAÉ	345.273	196.378
	PREVENÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL DE INUNDAÇÕES	18.196.267	1.742.204
RIOTRILHOS	PROJETO DE RECUPERAÇÃO, DRAGAGEM E REVITALIZAÇÃO DA PRAIA DE SEPETIBA	2.817.444	
	EXECUÇÃO DOS SISTEMAS AUXILIARES DE ENERGIA E VIA PERMANENTE DO LOTE 2 DO PROJETO COPACABANA DO ME TRÔ	18.276.617	18.276.617
	IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE PILOTAGEM AUTOMÁTICA DO TRECHO BOTAFOGO/ARCO VERDE	1.285.171	1.285.171
UERJ	OBRAS DE SINALIZAÇÃO PROGRESSIVA PARA O TRECHO CANTAGALO/GENERAL OSÓRIO	438.212	438.212
	AGENDA 21 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1.596.303	711.269
	<i>Outros Pequenos Investimentos</i>	991.017	203.925
TOTAL GERAL		63.859.044	28.273.423

IV. 3.4 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) desenvolvido em parceria com o Governo Federal integra o Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito dos Projetos Estratégicos Estruturantes. O Programa é executado, principalmente, pela própria Seobras e suas entidades supervisionadas, pelo Instituto Estadual de Ambiente (INEA), pela Companhia Estadual de Habitação (CEHAB) e pelo Instituto Estadual de Terras (ITERJ).

Iniciado em 2008, o PAC conta com recursos próprios do Estado, de operações de crédito e de convênios firmados com a União. Suas intervenções estão apoiadas em três grandes pilares: Habitação e Infra-estrutura Urbana, Saneamento Básico e Transporte Rodoviário.

Tabela 35

ÁREA DE ATUAÇÃO	PROJETO/ATIVIDADE	EXECUÇÃO		PREVISÃO INVESTIMENTO 2010	EMPENHOS 1º QUADRIMESTRE 2010	LIQUIDADO 1º QUADRIMESTRE 2010	TOTAL INVESTIMENTO TRÍENIO 2008/2010
		2008	2009				
HABITAÇÃO URBANA	1570 Projetos Habitacionais a cargo do FEHIS	-	4.844.328	70.332.893	5.071.337	254.519	75.177.221
	1617 Projeto Morro do Preventório - PAC	4.926.052	11.715.527	20.180.141	3.136.385	768.633	36.821.721
	1618 Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí - PAC	6.311.403	9.564.253	20.769.732	12.012.500	1.023.349	36.645.388
	5274 Construção de Unidades Habitacionais	22.371.524	19.888.580	18.848.447	13.027.061	8.346.434	61.108.551
TOTAL HABITAÇÃO URBANA		33.608.979	46.012.688	130.131.213	33.247.283	10.392.934	209.752.880
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1613 Urbanização da Rocinha - PAC	12.432.194	78.285.394	144.813.237	74.604.933	24.774.617	235.530.825
	1614 Urbanização do Complexo do Alemão - PAC	101.530.012	298.379.587	414.387.937	159.251.887	63.370.235	814.297.536
	1615 Urbanização do Complexo de Manguinhos - PAC	65.947.232	162.216.576	114.592.293	49.676.272	2.424.667	342.756.101
	1616 Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC	23.993.164	20.509.519	38.708.831	3.981.414	77.883	83.211.514
TOTAL INFRA-ESTRUTURA URBANA		11.046.388	29.845.007	105.795.000	32.458.766	18.057.923	146.686.396
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1608 Melhorias Prod Parque Tratam Água Guandu-PAC	1.002.857	1.299.511	5.046.919	2.419.642	-	7.349.287
	TOTAL SANEAMENTO BÁSICO URBANO	33.379.943	91.859.839	367.586.467	102.383.181	886.884	492.826.249
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1039 Impl Pav Segm C Arco Rodov Metropolitano - PAC	13.713.767	48.992.925	616.393.754	121.052.712	23.359.680	679.100.447
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1534 Projeto Iguaçu - PAC	16.616.306	107.189.738	69.381.075	38.088.250	10.978.793	193.187.119
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2204 Regulariz Fund e Consolid de Assent Humanos	465.011	731.072	5.163.523	1.004.413	214.448	6.359.607
TOTAL PAC - ERJ		312.732.996	884.022.346	2.006.953.330	615.749.111	154.538.064	3.203.708.673

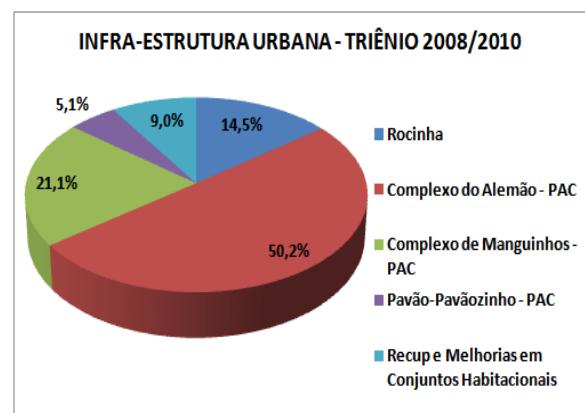
Posição: SIG/SIAFEM 18/05/2010

Desde 2009 a execução dos programas assume ritmo bastante acelerado, quando foram aplicados 183% a mais que em 2008 (+R\$571,29 milhões). Neste primeiro quadrimestre os compromissos assumidos já superaram o realizado em 2008 e representam 69,7% da aplicação de 2009.

A execução das despesas do PAC no 1º quadrimestre deste ano já ultrapassa em 183% a despesa total de 2008.

A maior parcela do PAC é destinada à Infra-estrutura Urbana que no triênio 2008-2010 atingirá R\$1,62 bilhão, beneficiando as comunidades Rocinha, Alemão, Manguinhos, Pavão-Pavãozinho, além de conjuntos habitacionais.

Desde o início do PAC, o Governo Estadual vem ampliando a sua participação no financiamento das obras,

Gráfico 2




principalmente na parcela aos complexos de baixa renda. Como todo projeto pioneiro no Brasil, o PAC tem se ajustado a mudanças na avaliação das necessidades e escopo do projeto, assim como de custos. Essa evolução é ilustrada pelas variações no Quadro de Composição de Investimentos—QCI, detalhada por projeto, e por fonte de recursos. Verifica-se que em alguns projetos a ampliação do escopo sob responsabilidade do Estado excedeu a 100%, tendo alcançado mais de 300% em projetos como Manguinhos e Pavão-Pavãozinho onde a abordagem do projeto passou a contemplar componentes de saúde, educação e cultura. Na Rocinha, onde o Estado contava com um projeto mais detalhado em 2007, as ampliações foram menores.

A execução das despesas do PAC Complexos já atinge 69,3% do total previsto para o triênio 2008-2010.

Quadro de Composição de Investimentos – QCI do PAC Complexos

Tabela 36

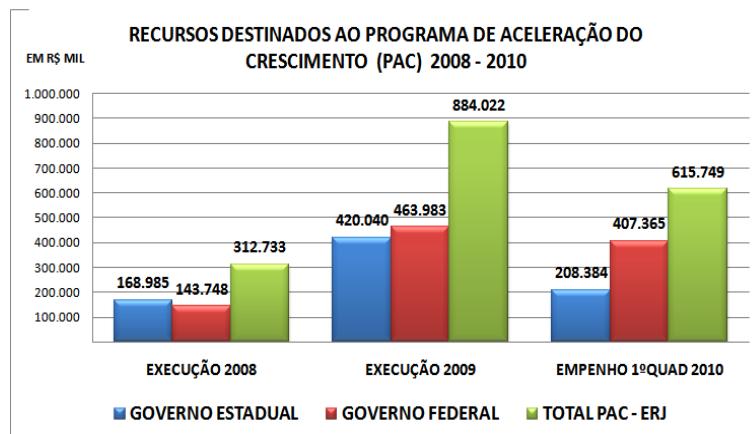
COMPLEXOS	VALOR INICIAL / PARTICIPAÇÃO POR ESFERA DE GOVERNO			VALOR ATUAL / PARTICIPAÇÃO POR ESFERA DE GOVERNO			% Δ		
	UNIÃO	ESTADO	TOTAL	UNIÃO	ESTADO*	TOTAL	UNIÃO	ESTADO	TOTAL
PARTICIPAÇÃO	76%	24%	100%	56%	44%	100%			
ROCINHA	141.000	39.200	180.200	179.435	91.095	270.530	27,3%	132,4%	50,1%
Rocinha I	58.500	11.700	70.200	81.143	38.931	120.075	38,7%	232,7%	71,0%
Rocinha II	82.500	27.500	110.000	98.292	52.163	150.455	19,1%	89,7%	36,8%
ALEMÃO	371.203	123.800	495.003	371.203	351.821	723.024	0,0%	184,2%	46,1%
MANGUINHOS	176.200	55.567	231.767	251.581	321.518	573.099	42,8%	478,6%	147,3%
PAVÃO-PAVÃOZINHO**	26.411	8.804	35.215	53.474	36.921	90.395	102,5%	319,4%	156,7%
TOTAL PAC COMPLEXO	714.814	227.371	942.185	855.693	801.355	1.657.048	19,7%	252,4%	75,9%
ARCO-RODOVIÁRIO**	700.000	228.681	928.681	792.358	500.044	1.292.402	13,2%	118,7%	39,2%
TOTAL	1.414.814	456.052	1.870.866	1.648.051	1.301.399	2.949.450	16,5%	185,4%	57,7%

*Inclui R\$259.138.332 decorrente de financiamento no âmbito do Pró-transporte (R\$15,96 Rocinha I, R\$15,65 Rocinha II, R\$116,59 Alemão e R\$110,92

**Fonte: SIG (Execução 2008), OF. SSE/SEOBRAS nº 1.743 (Previsão 2009) e Apresentação SEOBRAS (Previsão 2010)

O Gráfico abaixo demonstra a execução até o 1º quadrimestre de 2010 de todos os programas que compõem o PAC (Tabela 36), no qual se observa o aumento crescente da participação do Estado.

Gráfico 3



Outra importante obra do PAC é Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, rodovia que interligará cinco rodovias federais, uma ferrovia e a ligação com vários pólos industriais de grande porte que estão sendo implantados na região e com o Porto de Itaguaí. O projeto será dividido em etapas. O primeiro trecho, com 73 km, ligará as rodovias Washington Luís e a Rio-Santos. Para o triênio, estão o projeto conta com R\$679,10 milhões, executados em cooperação entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o DNIT.

Até o início deste ano as obras estavam em ritmo lento por conta dos 22 sítios arqueológicos encontrados. Situação já solucionada, uma vez que todos os sítios foram catalogados, e os materiais encontrados, preservados. Apenas um sítio será mantido, os demais deverão somente ter o material removido para museus.

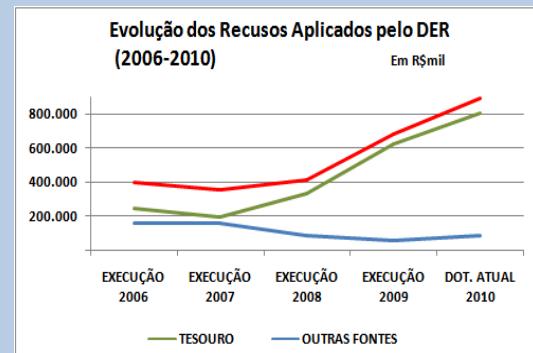
A partir de então, o ritmo das obras deverá entrar na normalidade do cronograma, tendo sido aplicado neste 1º quadrimestre R\$121,05 milhões (19% do previsto para o ano).

**BOX 4 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO ERJ (DER)**

Diante da considerável soma de recursos aplicados para o DER em infra-estrutura, principalmente em municípios do interior fluminense com vistas a promover o desenvolvimento e dinamizar a economia dessas localidades, este BOX apresenta a evolução dos gastos no DER no período 2006 a 2010. Além de investimentos em estradas, rodovias e obras de arte, o DER também é responsável pela manutenção e conservação de toda malha viária que interliga os 92 municípios do ERJ.

GRUPO E FONTE DE RECURSOS	EXECUÇÃO DER POR FONTE DE RECURSOS E GRUPO DE DESPESA							Em R\$ MIL	
	EXECUÇÃO				2010 (JAN-ABR)				
	2006	2007	2008	2009	DOT.	EMP.	LIQ.		
PESSOAL	59.781	71.656	73.704	81.899	82.175	25.692	25.692		
TESOURO	59.781	71.656	73.704	81.899	82.175	25.692	25.692		
CUSTEIO	162.517	133.151	213.995	218.857	210.010	63.445	40.575		
TESOURO	123.745	88.143	185.235	194.927	182.924	60.009	38.132		
ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	38.772	34.193	21.160	19.426	21.086	3.436	2.443		
CIDE		10.815	7.600	4.504	6.000				
INVESTIMENTOS	179.051	147.264	127.212	380.484	596.301	325.989	101.149		
TESOURO	60.294	36.896	71.878	347.072	539.326	294.747	97.340		
ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	220	94	40	17	50	14	14		
CIDE	73.600	61.505	55.294	32.764	56.925	31.228	3.796		
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	44.937	25.381							
CONVÉNIOS		23.388		631					
TOTAL DER	401.349	352.071	414.911	681.240	888.486	415.126	167.416		
TESOURO	243.820	196.695	330.818	623.899	804.425	380.448	161.163		
ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	38.992	34.287	21.200	19.443	21.136	3.450	2.457		
CIDE	73.600	72.320	62.894	37.268	62.925	31.228	3.796		
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	44.937	25.381							
CONVÉNIOS		23.388		631					

Ao longo do período, os recursos do Tesouro Estadual vêm aumentando sua participação no financiamento das despesas do DER, passando de 60,8% em 2006 para 90,5% em 2010, em virtude da importância do desenvolvimento da economia fluminense no plano de governo atual. O papel do DER se torna relevante, justificando o expressivo volume de recursos que vem sendo aplicados em investimentos (+794,5%) entre 2009 e 2010.



A atuação do DER nas rodovias e estradas vicinais tem beneficiado produtores rurais estabelecidos ao longo dessas estradas, permitindo melhor escoamento da produção agropecuária e hortifrutigranjeira para os centros comerciais.

A Tabela a seguir detalha os investimentos voltados para manutenção de rodovias que cortam diversos municípios fluminenses e as obras de pavimentação, drenagem e recapeamento da malha viária do ERJ.



INVESTIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM DO RIO DE JANEIRO DER-RJ 2010			
Descrição dos investimentos		1ºQUAD 2010	
		EMP.	LIQ.
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS (AQUISIÇÃO DE MATERIAL - PEDRA BRITA, AREIA LAVADA E MASSA ASFÁLTICA)	REGIÃO METROPOLITANA; SERRANA; BARRA MANSA E CAMPOS, DENTRE OUTROS	30.913.287	14.121.699
OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, RECAPEAMENTO, RECUPERAÇÃO, CONTENÇÃO E MELHORIAS DE RODOVIAS		182.988.311	67.925.022
Contenção de Pontes	RJ- 149 - Região de Mangaratiba	23.000.000	7.613.479
Implementação de acostamentos	RJ 116 - Itaboraí a Itaperuna	74.658.542	41.234.900
Obras de melhoria física e construção de ciclovia	RJ 161- Região de Resende	3.485.622	1.605.756
Complementação Viária	RJ 137 - Valença e o Estado de Minas Gerais	12.603.697	1.965.898
Pavimentação, drenagem e outros serviços	RJ 117 - Região de Paty dos Alfares	5.990.204	2.569.331
Obras de Pavimentação	RJ 111 - Nova Iguaçu	4.600.000	-
Restauração, drenagem e sinalização	RJ 122 - Guapimirim	11.000.000	1.226.347
	RJ 118 - Região de Ponta Negra	12.294.861	-
	RJ 168/162- Região dos Lagos / Região Serrana	11.500.000	4.914.949
Restauração, recapeamento e implantação dos acostamentos	RJ 234 - Italva / São Fidélis	8.548.472	1.125.436
	RJ 160 - Cantagalo/Cordeiro	2.800.000	1.870.971
	RJ 214 - Itaperuna / Varre-Sai	994.018	994.018
	RJ 163 - Itatiaia/Resende	2.000.000	-
	RJ 154 - Sapucaia/Sumidouro	4.612.895	-
Obras de recuperação	RJ 146 - Bom Jardim/São Fidélis	4.900.000	2.803.937
PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E URBANIZAÇÃO EM DIVERSOS	DUQUE DE CAXIAS; CABO FRIO; SÃO GONÇALO; BELFORD ROXO; NOVA IGUAÇÚ; MESQUITA; QUEIMADOS; PARACAMBI; JAPERI; NITERÓI; RJ; MARICÁ; SILVA JARDIM + IMPLANTAÇÃO DO CONTORNO RODOVIÁRIO EM BARRA DO PIRÁI	91.547.620	14.200.194
OUTROS INVESTIMENTOS		20.540.190	4.902.565
Desapropriação de Imóveis		2.795.053	1.245.121
Pagamento de Precatórios Judiciais		1.257.376	1.257.376
Contratação de Serviços técnicos e consultorias		2.197.000	-
Outros - Obras de Pavimentação em diversos logradouros		14.290.761	2.400.068
TOTAL GERAL DE INVESTIMENTOS DER		325.989.408	101.149.480

Posição: SIG/SIAFEM 18/05/2010

Tabela 37

IV.4 Cota Financeira¹⁷

O aprimoramento da metodologia de fixação de valores para as cotas financeiras implantado no início ano, ao estabelecer a redistribuição dos saldos não utilizados ao final de cada mês nas fontes Tesouro, levou a um planejamento financeiro mais compatível com o ritmo de pagamento de cada órgão.

Isto pode ser observado pelo percentual de utilização da cota financeira no primeiro quadrimestre do ano, que atingiu 90,9% nas fontes Tesouro, diferentemente de 2009 quando os saldos se acumulavam a cada mês, podendo sobreregar o caixa do Tesouro em um determinado momento. O objetivo de rever as cotas de acordo com seu

				Em R\$ mil
FR	COTA FINANCEIRA LIBERADA (JAN-ABR)	COTA FINANCEIRA UTILIZADA (JAN-ABR)	DESPESA PAGA (JAN-ABR)	% UTILIZAÇÃO
TESOURO	1.197.754	1.088.844	918.706	90,9%
OUTRAS FRS	1.036.336	364.770	260.592	35,2%
TOTAL	2.234.090	1.453.615	1.179.299	65,1%

A nova metodologia de redistribuição dos saldos de cota financeira não utilizada visa evitar que os saldos acumulados ao longo do exercício em um determinado momento sejam utilizados produzindo um impacto não programado no Fluxo de Caixa.

¹⁷ Os valores apresentados na Tabela 39 estão acumulados.



uso, ao fim de cada mês, é incentivar a disciplina dos órgãos e evitar um excesso de liquidez. Os valores da Cota Financeira são revistos a cada mês, ajustando-se de acordo com as alterações orçamentárias autorizadas e com a sazonalidade de algumas despesas.

Enquanto nas fontes Tesouro a variável chave para a definição da cota é o perfil do Fluxo de Caixa do Tesouro, para as Outras Fontes, considera-se a receita realizada até o período ou a projeção de entrada de receita ajustada pelo órgão. Basicamente, são receitas de convênios cuja destinação é específica e segue cronograma de repasse estabelecido pelo convenente. O percentual de utilização da Cota Financeira de Outras Fontes ainda não está compatível com a entrada de recursos registrada no SIAFEM.

V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1 Cota Financeira

A Resolução SEFAZ nº 279, de 09 de fevereiro de 2010, introduziu importantes inovações na metodologia de liberação da cota financeira, principalmente, nas pertinentes a fontes de recurso do Tesouro (FR Tesouro)¹⁸. Com a aplicação destas inovações, há claramente uma tendência de maximização da utilização dos recursos disponibilizados aos órgãos, o que poderá resultar na gestão mais eficiente desses recursos.

Até o 2º bimestre 2010, o índice de utilização da Cota Financeira liberada – nas Fontes de Recurso - FR sob a gestão do Tesouro Estadual – foi elevado de 70,3%, em 2009, (2º bimestre) para aproximadamente 91% neste ano. Estes números demonstram que as mudanças introduzidas na Cota Financeira, como o remanejamento do saldo não utilizado, produziram efeito já nesse bimestre.

Apesar dos recursos da Cota Financeira até esse 2º bimestre terem sido liberados quase que igualitariamente (para FR Tesouro 53,6% - R\$ 1,20 bilhão, e para FR Outras 46,4% - R\$ 1,04 bilhão – Tabela 38), a utilização nas demais FR não seguiu o mesmo ritmo das FR Tesouro. Nas demais FR o emprego evoluiu apenas de 16,3%, em 2009 (2º bimestre); para 35,2%, neste bimestre de 2010.

Outro ponto que merece destaque é o fato da Secretaria de Fazenda manter o alto percentual de Programações de Desembolso – PD's pagas em relação à Cota Financeira utilizada¹⁹ (84,4%) mesmo diante do aumento da Cota

¹⁸ Art. 2º da Resolução SEFAZ nº 279, de 09 de fevereiro de 2010, *in verbis*:

"Art. 2º - O saldo da cota financeira, de recursos do Tesouro, não utilizado a cada mês será distribuído para os meses subseqüentes obedecendo à seguinte distribuição:
I – considerando como t1 o mês da liberação, 25% do saldo de t1 será somado à cota do mês subseqüente – t2; 25% serão somados à t3 e t4 e os restantes 50% serão divididos pelos meses seguintes.
II – Os saldos das cotas financeiras de recursos de Outras Fontes não estão sujeitos aos critérios estabelecidos no inciso I."

¹⁹ A utilização da Cota Financeira ocorre com a emissão da PD, ou seja, o montante de Cota Financeira utilizada é igual ao montante de PD's emitidas.

Tabela 38

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ ABRIL DE 2010

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)	RS Mil
FR - Tesouro	2.111.690	1.183.918	1.197.754	1.088.844	918.706	
FR - Outras	1.108.179	446.148	1.036.336	364.770	260.592	
Total geral	3.219.869	1.630.066	2.234.090	1.453.615	1.179.299	

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs.: Posição acumulada até Abr./2010

FR	(B) / (A)	(B) / (C)	(D) / (B)	(D) / (C)	(E) / (D)
FR - Tesouro	56,1%	98,8%	92,0%	90,9%	84,4%
FR - Outras	40,3%	43,1%	81,8%	35,2%	71,4%
Total geral	50,6%	73,0%	89,2%	65,1%	81,1%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs.: Posição acumulada até Abr./2010

Tabela 39

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ ABRIL DE 2010 POR ÁREAS
FR TESOURO

ÁREAS	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)	RS Mil
EDUCAÇÃO	161.266	83.809	95.817	83.447	70.460	
SALÚDE	611.465	322.535	299.913	292.653	267.186	
SEGURANÇA	154.101	115.782	114.598	112.476	104.886	
DEMAIS ÁREAS	1.184.858	661.792	687.425	600.269	476.225	
TOTAL GERAL	2.111.690	1.183.918	1.197.754	1.088.844	918.706	

Fonte: Sistemas SIG e SIAFEM

Obs.: Posição Acumulada até Abril/2010

ÁREAS	(B) / (A)	(B) / (C)	(D) / (B)	(D) / (C)	(E) / (D)
EDUCAÇÃO	52,0%	87,5%	99,6%	87,1%	84,4%
SALÚDE	52,7%	107,5%	90,7%	97,6%	91,3%
SEGURANÇA	75,1%	101,0%	97,1%	98,1%	93,2%
DEMAIS ÁREAS	55,9%	96,3%	90,7%	87,3%	79,3%
TOTAL GERAL	56,1%	98,8%	92,0%	90,9%	84,4%

Fonte: Sistemas SIG e SIAFEM

Obs.: Posição Acumulada até Abril/2010

Tabela 40

PRAZOMÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD'S

2º BIMESTRE DE 2010

ÁREAS	PRAZOMÉDIO
PRIORITÁRIA	11
NÃO PRIORITÁRIA	9
TOTAL GERAL	10

Fonte: Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual - SATE



Financeira liberada na FR Tesouro (em 2009 - R\$ 0,96 bilhão para R\$ 1,20 bilhão em 2010).

Ainda na Resolução Sefaz nº 279, de 09 de fevereiro de 2010, foi estabelecido o cronograma de pagamento de restos a pagar inscritos em 2009. Do valor total inscrito, R\$ 549,9 milhões são referentes à fonte de recursos do Tesouro. Desse valor, até o 2º bimestre de 2010, foram pagos 84% (R\$ 461,8 milhões), 6,6% foram cancelados ou bloqueados, restando apenas 9,4% pendentes. Cabe ressaltar que, para o pagamento dos RP's pendentes, é necessário que os órgãos disponibilizem as respectivas programações de desembolso e que as mesmas estejam corretas, para que o Tesouro possa executá-las.

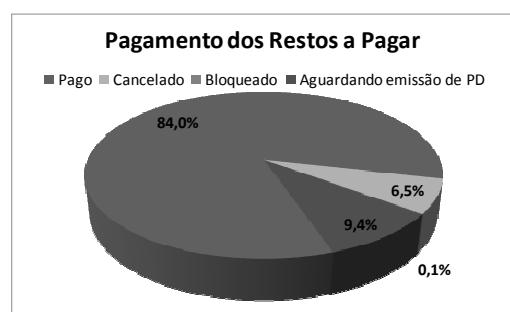
V.2. Pagamento de PD's

O Tesouro Estadual, com o intuito de patrocinar as alterações promovidas na Cota Financeira, na Fonte de recursos do Tesouro, vem adotando maior celeridade nos pagamentos das PD's. No segundo bimestre, o prazo médio dos pagamentos verificado, e que é a emissão da Programação de Desembolso - PD foi, de 11 dias para as áreas prioritárias (Educação, Segurança e Saúde).

Essa redução de prazo pode ser observada quando comparamos os prazos praticados, no 2º bimestre de 2010 (11 dias para áreas prioritárias), com o mesmo período, em 2009 (12 dias para as áreas prioritárias - Gráfico 5). Observa-se, portanto, que o Tesouro vem ratificando o seu compromisso com os pagamentos em dia.

Outro ponto que vale ressaltar é o fato de que o trabalho conjunto do Tesouro Estadual com a Contadoria Geral do Estado, desenvolvendo melhorias constantes no Sistema Integrado Administração e Finanças para Estados e Municípios (SIAFEM), vem reduzindo os erros nas Programações de Desembolso, permitindo assim maior agilidade por parte do Tesouro na execução dos pagamentos.

Gráfico 4



Pela primeira vez, o Tesouro quitou todas as PD's emitidas de restos a pagar no 2ºbimestre, mostrando uma celeridade no pagamento destes.

Gráfico 5

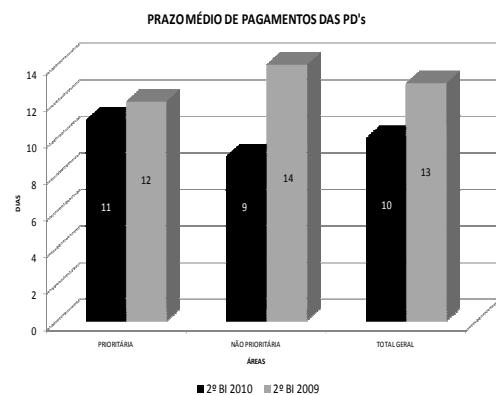
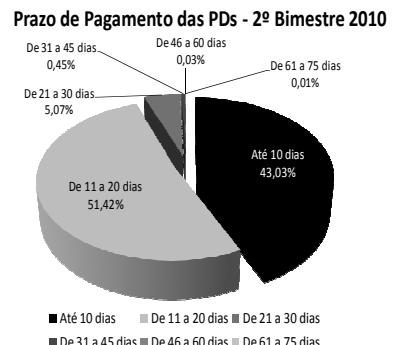


Gráfico 6



Neste segundo bimestre, aproximadamente 94% das Programações de Desembolso – PD's emitidas pelos órgãos e entidades estaduais foram pagas pelo Tesouro do Estado em até 20 dias após a data de sua emissão. Se considerarmos o prazo de “até 30 dias” este percentual chega a 99,52%, ou seja, menos de 1% foi paga após 30 dias.

As medidas adotadas até agora pela Secretaria de Fazenda, como a liberação mais precisa da Cota Financeira e a melhoria contínua dos sistemas, tem possibilitado a gestão mais eficiente dos recursos públicos.

V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

No segundo bimestre de 2010, os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram bom desempenho, obtendo em média 99% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – *benchmark* dos fundos).

Além disso, nesse bimestre a rentabilidade dos fundos aumentou 13,5% em relação ao anterior, o que acarretou (junto a outras medidas) um aumento de receita financeira de 31% em relação ao bimestre anterior. Tal resultado foi possível devido à alocação da quase totalidade dos recursos disponíveis do Tesouro nos fundos exclusivos (99,7%), que possuem performance melhor que a de outros fundos disponíveis para aplicação. Para fins comparativos, verifica-se que, até o 2º bimestre, os fundos utilizados pelo Tesouro tiveram um rendimento de 27,4% acima da remuneração da poupança.

Na 150ª reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), que ocorreu nos dias 27 e 28 de abril de 2010, foi decidido, por unanimidade, elevar em 0,75 pontos percentuais a taxa Selic, passando a vigorar a taxa de 9,50% a.a.. Esse aumento eleva o rendimento das aplicações do Tesouro Estadual, todavia o mesmo só será sentido no próximo bimestre.

Gráfico 7

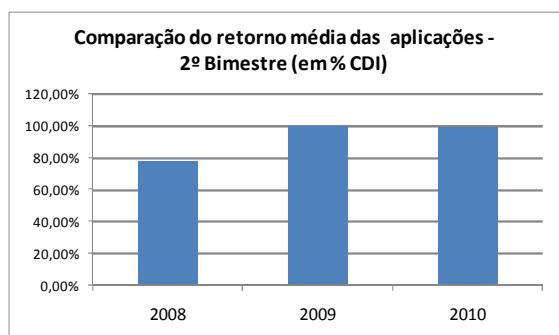
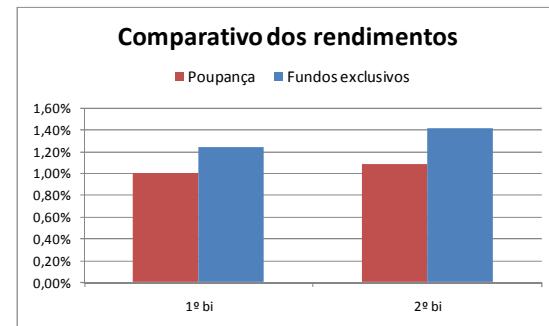


Gráfico 8



O Tesouro até o segundo bimestre gerou, aproximadamente, R\$ 60 milhões em receita financeira. Com o aumento da taxa Selic espera-se que nos próximos bimestre haja uma elevação das receitas financeira.

Essa primeira elevação da taxa de juros básica, junto a pressão sobre as expectativas inflacionária, em patamares acima da meta do Banco Central, resultaram em ajustes na curva de juros, que está projetando a taxa de juros entre 10,50% e 11,00% até o final do ano. Portanto, estima-se um aumento da receita financeira do Tesouro Estadual nos próximos bimestres, caso as projeções se confirmem.

Gráfico 9



No entanto, tendo em vista a frustração da receita financeira no primeiro quadrimestre de 2010, esse aumento, se realizado, apenas compensará essa perda, mantendo o alcance da meta de receita financeira, prevista na LOA 2010.

V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

Como já explicitado anteriormente, o Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias - SIPC²⁰, criado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira para pagamento de despesas com serviços públicos efetuadas pelos Órgãos da administração direta e indireta do Estado, controla o faturamento de 12 concessionárias, incluindo as três principais: Light, Ampla e Telemar.

No período de janeiro a abril de 2010, foi registrado nesta sistemática de pagamento um faturamento de R\$ 51 milhões, tendo sido quitados 84% dessa importância, ou seja, R\$ 42 milhões.

Percebe-se a cada bimestre que o adimplemento se mantém no patamar de 80%; este resultado se deve ao indispensável, comprometimento dos órgãos, concessionárias e da Coordenação de Concessionárias de efetuar de forma

²⁰ O SIPC foi criado por meio do Decreto 35.670/2004



eficiente e célere os procedimentos para honrar essas despesas no prazo previsto.

Tabela 41

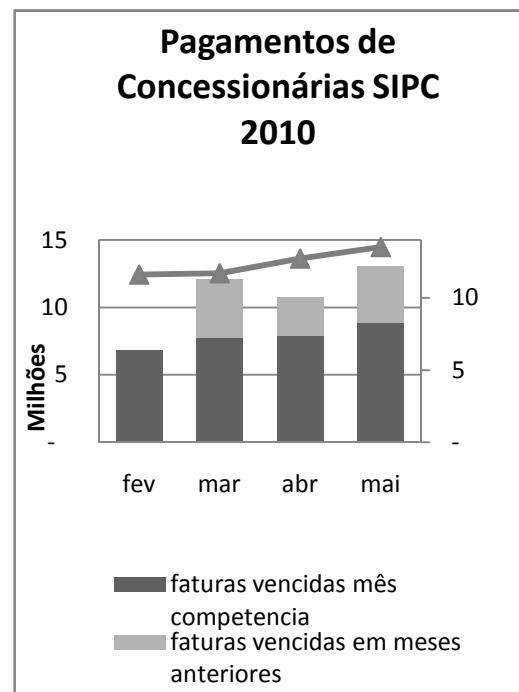
Acompanhamento da execução das despesas com as Concessionárias incluídas no SIPC Janeiro a Abril - 2010					
Favorecido	Faturado	Empenhado	Liquidado	Pago	R\$ mil % Pg x Faturado
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A	27.107	27.249	25.121	22.565	83%
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	13.812	14.740	13.633	12.090	88%
TELEMAR NORTE LESTE S/A	4.718	3.899	3.797	3.588	76%
AGUAS DE NITEROI S.A.	2.158	2.175	1.912	1.661	77%
AGUAS DO PARAIBA S/A	1.442	1.160	1.156	1.157	80%
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A	201	200	200	200	99%
CONCESSIONARIA AGUAS DE JUTURNAIBA S/A	219	239	218	191	87%
SERV AUT DE AGUA/ESGOTO VOLTA REDONDA	249	162	141	140	56%
ENERGISA NOVA FIBURGO-DISTRIB.DE ENERGIA SA	191	194	190	190	100%
PROLAGOS S/A-CONC SERV.PUB.AGUA/ESGOTO	151	151	151	151	100%
AGUAS DO IMPERADOR S/A.	154	151	149	143	93%
AGUAS DE NOVA FIBURGO LTDA	133	304	137	131	99%
SERV AUT DE AGUA/ESGOTO BARRA MANSA	51	38	38	38	75%
Total	50.585	50.661	46.841	42.245	84%

Em relação à evolução da execução orçamentária da despesa, o total do montante empenhado está praticamente igual ao valor faturado, fato que decorre do compromisso dos órgãos em utilizar o orçamento reservado no Programa de Trabalho específico para dispêndios com serviços públicos essenciais.

Gráfico 10

Analisando-se o pagamento mensal das concessionárias abarcadas pelo SIPC em 2010, verifica-se que a grande maioria das faturas não quitadas até o vencimento está sendo regularizada no mês seguinte. Certas faturas, no entanto, levam tempo maior para serem adimplidas devido a problemas localizados. Cite-se como exemplo a Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP, que necessitou de suplementação orçamentária, pois a dotação inicial era insuficiente para honrar suas despesas com serviços públicos neste exercício. Outra pendência refere-se à descentralização da cota financeira por parte da Secretaria de Saúde para a emissão de Programação de Desembolso - PD das faturas de competência março e abril.

A reestruturação iniciada em 2008 na coordenação de pagamentos de concessionárias aprimorou os procedimentos para a execução orçamentária e os controles de pagamento



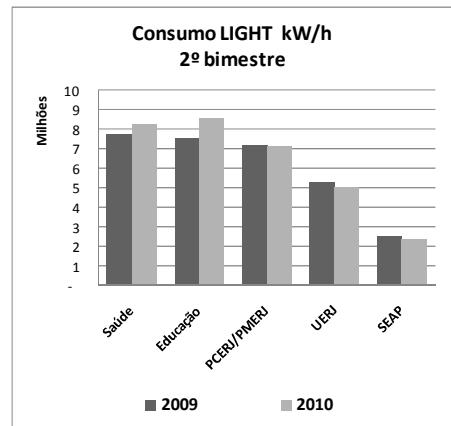
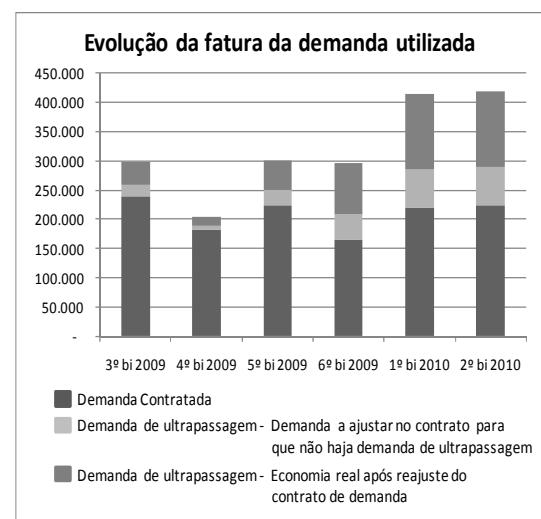
das despesas com serviços públicos. Foram implementados acompanhamentos dos componentes técnicos dos serviços utilizados, possibilitando fazer análises mais detalhadas e exatas desses serviços.

Ratificando a importância desse trabalho, foi disponibilizado para a Secretaria de Saúde um estudo sobre o consumo de energia elétrica fornecida aos hospitais. Observou-se que, nos últimos três bimestres, houve uma utilização acima da demanda contratada, de forma sistemática. Em algumas instalações verificou-se um excesso de demanda superior a 50% do contratado, no 2º bimestre de 2010. Levando-se em consideração que a tarifa cobrada pela demanda excedente é três vezes maior, a revisão nos contratos, baseada na realidade atual das unidades, poderá gerar uma economia de aproximadamente 24% sobre a cobrança da demanda utilizada. Este processo visa auxiliar na administração eficiente desses gastos.

Em relação ao fornecimento de energia elétrica, comparando-se o segundo bimestre de 2010 com o mesmo período de 2009, o consumo em kWh cresceu em 7%, influenciado principalmente pelo avanço do projeto de climatização das escolas públicas²¹. Destaque-se que muitas escolas atendidas pela concessionária Ampla já concluíram as obras; assim, com as novas instalações funcionando, verificou-se um acréscimo de 17% no mesmo período.

Na área de comunicação, com o contrato celebrado em 2008 entre o governo estadual e a OI/Telemar, que teve como objeto a implantação da nova Rede de Telefonia, observou-se uma economia em torno de 40% com os serviços de telefonia fixa se compararmos os dispêndios com a antiga rede. Em paralelo, houve o aumento dos gastos com serviços de transmissão de dados, ferramenta que se tornou imprescindível para o progresso da administração pública.

Como consequência da administração voltada para a eficiência e transparência, é visível a celeridade obtida no adimplemento das despesas com serviços públicos. Contudo,

Gráfico 11

Gráfico 12


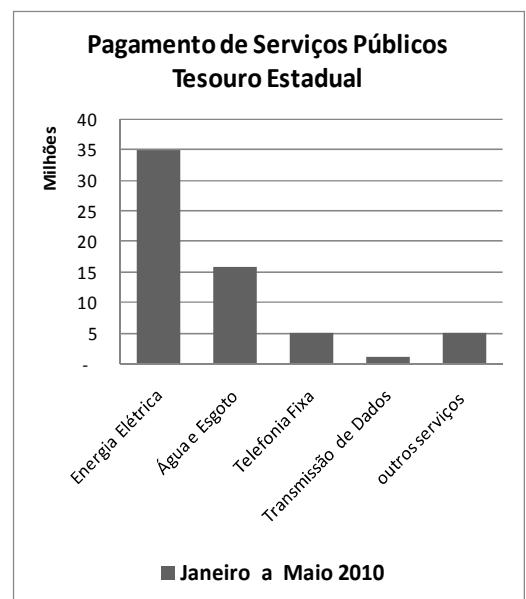
²¹ O projeto de climatização inclui a instalação de aparelhos de ar condicionado nas unidades escolares.

existem algumas concessionárias – como a CEDAE e a OI/Telemar, esta em relação aos serviços de transmissão de dados – que não participam da sistemática de pagamento centralizado por meio do SIPC, porque não implementaram ainda as rotinas necessárias para inclusão no SIPC.

Consolidando o acompanhamento da execução orçamentária e financeira das concessionárias de serviços públicos, no período de janeiro a maio de 2010, o Tesouro Estadual desembolsou cerca de R\$ 63 milhões para quitar despesas com serviços públicos essenciais prestados aos órgãos estaduais²². Este montante utilizou 26% da dotação orçamentária disponibilizada, em 2010, no Programa de Trabalho específico para esse fim.

Nesse passo, considerando que o valor inicial reservado para este exercício está nivelado com o valor registrado em 2009, este percentual indica que as despesas realizadas estão de acordo com a previsão inicial, mostrando um equilíbrio orçamentário-financeiro.

Gráfico 13



V. 5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Como já mencionado na edição anterior deste boletim, o sucesso do Programa de Pagamento e/ou Parcelamento (Decreto nº 40.874/2007) é maior do que se avaliava inicialmente, isto porque, após a aplicação dos procedimentos instituídos pelo “AUTENTICA” e da baixa contábil de alguns restos a pagar em virtude da prescrição administrativa, verificou-se que o estoque efetivo dos restos a pagar abarcados pelo programa monta a cerca de R\$350 milhões.

Assim, como cerca de R\$ 253 milhões já foram repactuados, conclui-se que quase $\frac{3}{4}$ da dívida (73%) foi atendida pelo programa, dando ao tratamento deste passivo um alto grau de transparência, previsibilidade e segurança para os fornecedores do Estado.

²² Estão incluídas nesse total apenas as despesas executadas com Fontes de Recursos do Tesouro disponibilizadas no Programa de Trabalho – Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública.

- Oferta Pública de Recursos

Como já mencionado em edições anteriores, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência da Secretaria de Estado de Fazenda, realizou, até a presente data, a Primeira e a Segunda Oferta Pública de Recursos (em maio/2009 e março/2010, respectivamente), destinadas a antecipar as parcelas vincendas nos exercícios a partir de 2010, referentes às dívidas dos restos a pagar processados dos exercícios de 2002 a 2006, com credores pelo fornecimento de bens e serviços as quais foram objeto de parcelamento nos termos do Decreto Estadual nº 40.874/2007²³.

Ao todo, após a realização das Ofertas Públicas de Recursos, o Governo do Estado pôde antecipar 268 parcelas (131 parcelas na Primeira Oferta e 137 na Segunda Oferta), somando R\$ 23.595.250,98 de valor de face (R\$ 13.723.527,64 na Primeira Oferta e R\$ 9.871.723,34 na Segunda Oferta), com um desembolso de R\$ 12.884.207,56. O Tesouro Estadual, portanto, teve uma economia de R\$ 12.711.043,42.

Assim, diante do enorme sucesso da Oferta Pública de Recursos, já se encontra em fase de elaboração o Edital para a realização da Terceira Oferta Pública de Recursos, que deverá acontecer em julho deste ano.

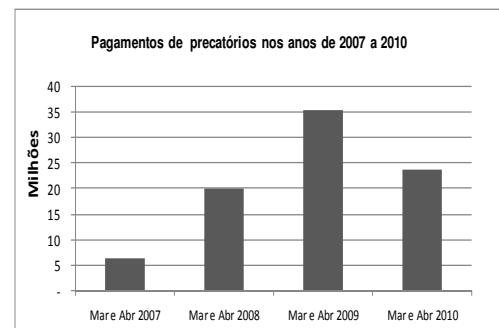
V.6 Requisições Judiciais de Pagamento Precatórios

No 2º bimestre de 2010, foram aplicados R\$ 23,7 milhões para pagamento de precatórios. Desse montante, R\$ 19,5 milhões foram oriundos do Tesouro Estadual, R\$ 3,6 milhões

²³ A possibilidade de antecipação das últimas parcelas do programa foi prevista no artigo 2º do Decreto nº 40.874 de 02 de agosto de 2007, *in verbis*:

“Art. 2º. A Secretaria de Estado de Fazenda poderá, excepcionalmente e por despacho fundamentado, ouvida a Comissão de Programação Orçamentária e Financeira (COPOF), antecipar das últimas parcelas do pagamento previsto no art. 1º deste Decreto, desde que oferecidos descontos pelo credor, cujos percentuais mínimos serão fixados e publicados pelo Executivo, observado o princípio da impessoalidade e o disposto no artigo 5º da [Lei nº 8.666/93](#)”.

Gráfico 14



dos recursos próprios do Rioprevidência e R\$ 588,6 mil dos recursos próprios da Loterj.

Os pagamentos realizados nos meses de março e abril foram compostos das parcelas dos 22 acordos vigentes, sendo 19 do Estado, 2 da Funderj e 1 do Rioprevidência, e quitação de 2 precatórios da Loterj. Ressalta-se que os referidos acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da EC. 62, publicada em 10 de dezembro de 2009.

Do total desembolsado, 60% foram aplicados no adimplemento das obrigações de natureza alimentícia e 40% empregados nas obrigações de natureza comum.

É importante destacar que o Estado está aguardando, ainda, o levantamento do estoque de precatórios pelos Tribunais, para que possam ser aplicadas as novas regras de atualização e pagamento, introduzidas pela EC. 62.

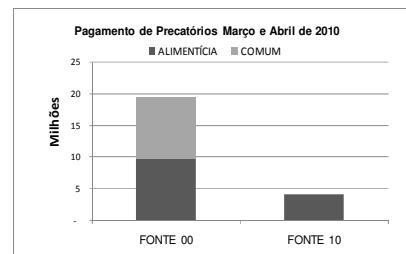
Em 25 de maio de 2010, foi publicada a Resolução nº 10/2010 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, que regulamenta no âmbito do Poder Judiciário as contas especiais previstas nos §§ 1º e 2º do art. 97 da Constituição Federal na redação dada pela Emenda Constitucional nº. 62/09. Diante das disposições dessa Resolução, estão sendo estudados pelo Poder Executivo Estadual os procedimentos que serão adotados para pagamento dos precatórios.

O programa de compensação de créditos inscritos em dívida ativa com precatórios judiciais, disposto na Lei nº 5.647, de 18 de janeiro de 2010, teve o prazo prorrogado até o último dia do mês de maio.

Com a possibilidade de compensação de precatórios, o mercado de compra e venda desses créditos ficou mais movimentado, já que, de acordo com as regras do Refis, os interessados na compensação de débitos fiscais podem comprar os precatórios dos credores originais e utilizá-los nesse programa.

Saliente-se que a negociação de compra e venda de precatórios não é intermediada pelo Estado, ela ocorre entre os particulares e deve ser homologada pelo Tribunal de

Gráfico 15



Justiça. A Procuradoria Geral do Estado faz a análise da solicitação de compensação do precatório com a Dívida Ativa.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 2º Bimestre deste ano, foram pagas 130 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 573.364,99. O dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal²⁴.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

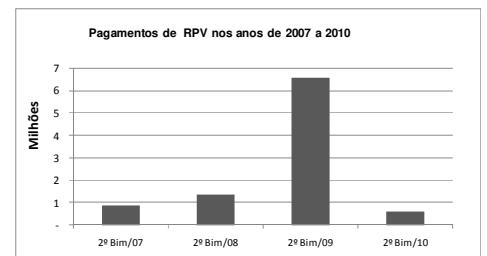
Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagas 132 requisições judiciais de pagamento, no 2º bimestre de 2010, com dispêndio total de R\$ 24,2 milhões.

Tendo em vista que o pagamento efetivo de novos precatórios depende de orientações a ser expedida pelos Tribunais, o Governo vem honrando os acordos de parcelamentos e mantendo em dia o pagamento das requisições judiciais de pequeno valor.

Tabela 42

PAGAMENTOS DE RPV - 2010		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
Março	67	305.014,36
Abril	63	268.350,63
Total	130	573.364,99

Gráfico 16



V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 769 milhões com o serviço da dívida²⁵, no 2º bimestre de 2009, valor 116% superior ao pago no 1º bimestre. Esta variação no dispêndio, pode ser atribuída ao calendário, haja vista que a prestação de fev/10, correspondente a R\$ 135 milhões, pertinente ao contrato de refinanciamento pactuado nos moldes estabelecidos pela Lei nº 9.496/97, venceu num domingo e foi

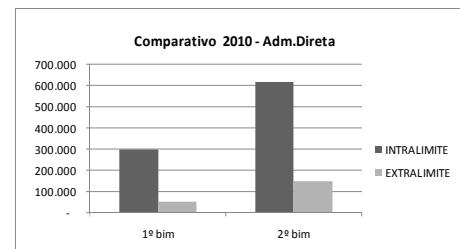
²⁴ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

²⁵ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

adimplida na segunda-feira seguinte, já em março²⁶, o que gerou impacto no 2º bimestre.

O valor devido da dívida intralimite²⁷ foi de R\$ 547 milhões, no 2º bimestre. O pagamento efetivo, por força do teto de 13% da Receita Líquida Real, ficou em R\$ 482 milhões, gerando um resíduo de aproximadamente R\$ 66 milhões, que foi incorporado ao saldo do contrato.

O crescimento da dívida paga nesse bimestre também foi influenciado pelo aumento do serviço da dívida extralimite, que foi de cerca de 176% maior do que primeiro bimestre. Este aumento se deve aos pagamentos das parcelas semestrais dos contratos externos, no montante de R\$ 104 milhões, realizados no período.

Gráfico 17

Tabela 43

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							R\$ mil
	1º bim 2010			2º bim 2010			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	108.247	243.878	352.125	242.003	519.821	761.824	116,35%
INTRALIMITE	79.023	220.619	299.643	140.347	476.833	617.180	105,97%
EXTRALIMITE	29.224	23.259	52.482	101.656	42.988	144.644	175,60%
INTERNA	20.862	17.418	38.280	22.244	17.936	40.180	4,96%
EXTERNA	8.361	5.841	14.202	79.412	25.052	104.464	635,53%
ADM. INDIRETA HONRADA	4.565	244	4.809	6.140	1.132	7.272	51,21%
TOTAL	112.812	244.122	356.934	248.143	520.953	769.096	115,47%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	181.722	351.624	533.345	189.016	358.396	547.411	2,64%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	95.559	338.976	434.535	123.811	358.396	482.207	10,97%
Diferença incorporada no resíduo	86.162	12.648	98.810	65.205	-	65.205	-34,01%

Valores pagos a preços correntes.

* No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

O total da dívida da administração indireta paga nos meses de março e abril foi de R\$ 7,27 milhões, o que representou apenas 0,95% do total do serviço da dívida adimplido, neste período. A maior parte desta soma refere-se à Companhia de Transportes sobre Trilhos do E.R.J., (R\$ 6,21 milhões destinados ao pagamento da Dívida de Médio e Longo Prazo

²⁶ O vencimento ocorreu no dia 28/02/10.

²⁷ Considera-se o valor devido para o cálculo do montante a ser incorporado ao resíduo, pelo regime de competência.

– DMLP) e ao parcelamento previdenciário junto à REFER. Com isto, a dívida da administração indireta, honrada com recursos do Tesouro Estadual²⁸, teve um acréscimo de 53% no período, em relação ao primeiro bimestre.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 2º bimestre deste ano, o estoque da Dívida Financeira somou R\$ 53 bilhões, quantia 1,62% maior que a correspondente ao primeiro bimestre. Este aumento se deve, principalmente, à variação positiva do IGP-DI²⁹, índice aplicado no reajuste da maioria dos contratos da dívida interna.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 2,35% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com o saldo de R\$1,25 bilhão, 9,49% menor que o verificado no primeiro bimestre de 2010, refletindo a apreciação do real frente ao dólar.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou melhora entre o primeiro bimestre de 2010 e o segundo bimestre de 2010. A relação caiu de 2,25 para 2,21, representando uma redução de 1,96%³⁰.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 56 milhões de receita de operações de créditos, no segundo bimestre de 2010 (Tabela xx). Desse montante, R\$ 29,97 milhões foram destinados para o Programa Estadual de Transportes – PET II (recursos provenientes do BIRD); R\$ 19,97 milhões, ao Programa de

²⁸ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

²⁹ Os saldos devedores da maior parte dos contratos da dívida interna são corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior. No 2º bimestre fechou em 1,73% (IGP-DI de fev/10 e mar/10). As dívidas com a União, que representam 97,17% do montante total, tiveram um aumento de 1,02%. Os contratos de Assunção de Dívidas do BERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que juntos representam 92,90% desta dívida, tiveram um crescimento nominal de 1,22% e 1,85%, respectivamente.

³⁰ A meta da Dívida para o exercício de 2010, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, foi de 2,43.

Sustentação de Investimentos (recursos provenientes do B. Brasil); e R\$ 3,94 milhões, ao Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES).

Cabe informar que foi assinado, no dia 22/03/2010, o contrato de financiamento externo firmado com o Banco Mundial – BIRD no montante de US\$ 485.000.000,00, referente ao Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do E.R.J. – PRODESF, visando a continuidade e o fortalecimento de programas estratégicos do Estado do Rio de Janeiro relativos à melhoria e ao aumento de cobertura dos serviços prestados na rede pública estadual de educação e de saúde, ao estímulo do desenvolvimento do setor privado e à consolidação do ajuste fiscal.

No final do bimestre, o Estado deu entrada junto à STN, em mais duas operações de crédito. A primeira a ser contratada junto ao BIRD, destinada ao Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública – PRÓ-GESTÃO, no valor de US\$ 18,67 milhões; e a segunda a ser contratada junto à CAIXA, destinada à conclusão dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento– PAC/FAVELAS, no valor de R\$ 606 milhões. Além dessas operações, o Estado prevê a assinatura no próximo mês dos contratos com o Banco Interamericano – BID/PROFAZ, e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES/ PMAE-GESTÃO.

Tabela 44
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal
Ente: Estado do Rio de Janeiro
Data base: abr/2010
Valores em R\$ mil

	2010	TOTAL	
		Liberado (¹)	a Liberar
1. Operações de Crédito Contratadas (²)	55.989,24	1.310.453,10	1.988.732,24
Operações contratadas com o SFN	26.016,18	310.278,78	744.895,34
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	110,25	-	-
1.1 BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	-	31.984,68	31.984,68
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	1.990,00	1.854,70	1.854,70
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	-	162.633,44	558.000,00
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	3.944,05	113.805,95	153.055,95
5. BB - Programa de Sustentação de Investimentos	3.517,22	-	-
5.1 BB - Programa de Sustentação de Investimentos	16.454,66	0,00	0,00
Demais	29.973,07	1.000.174,32	1.243.836,90
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	29.794,82	150.966,73	336.308,10
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	178,24	9.866,58	68.187,80
3. BIRD-PRODESF - Desenv. Ec. Social e de Sustentabilidade do E.R.J.	-	839.341,00	839.341,00
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	471.468,01	682.539,12
1. BID - PROFAZ (profisco)	-	6.383,34	34.195,01
2. BNDES - PMAE	-	8.991,00	9.982,00
3. PROGESTÃO	-	1.558,71	32.315,49
4. CAIXA - PAC	-	454.534,96	606.046,61
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	1.141.445,00	6.649.371,00
Total	55.989,24	2.923.366,11	9.320.642,36

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de abr/2010

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 15/04/2010, atualizados pelo IGP-DI/2010.



BOX 5 – REFIS PASEP

Conforme abordado na edição anterior deste boletim, a atual gestão do Governo vem buscando o saneamento de suas contas, inclusive no tocante ao débito que possui junto à Receita Federal do Brasil (RFB), proveniente da ausência de recolhimento do tributo referente ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Assim, com a publicação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e, ainda, da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06, de 22 de julho de 2009, o Estado do Rio de Janeiro ingressou no REFIS facultado pela referida lei, com a finalidade de possibilitar o parcelamento do débito supracitado.

No entanto, cabe esclarecer que, em consonância com o diploma legal acima citado, o referido REFIS é composto por diversas fases, sendo a 1ª constituída pela oportunidade de adesão ao parcelamento e, as demais, pela consolidação do débito a ser quitado.

Dessa forma, em cumprimento à 1ª fase do REFIS, em meados de novembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro apresentou requerimento de adesão ao referido parcelamento junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. E, ainda, em fevereiro de 2010, a d. Procuradoria Geral do Estado procedeu à desistência dos recursos judiciais e administrativos vinculados aos débitos abarcados pelo REFIS.

Com o fito de dar prosseguimento ao REFIS, em 29 de abril do corrente ano, foi publicada a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, que regulamenta a próxima fase do mesmo. Assim, restou previsto que, durante o período de 1º a 30 de junho de 2010, o sujeito passivo que teve seu pedido de parcelamento deferido deverá se manifestar sobre a inclusão dos débitos nas modalidades do parcelamento para as quais tenha feito a opção.

Nesse contexto, o Estado aguarda a proximidade da data fixada, para proceder à indicação dos débitos que integrarão o REFIS para, posteriormente, definir o número de parcelas em que quitará seu débito.

Diante do exposto, não restam dúvidas que o Estado está despendendo todos os esforços necessários para aproveitar a oportunidade facultada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, de quitar seu débito referente ao PASEP de forma mais benéfica ao erário público, ou seja, usufruindo do parcelamento concedido.

V.8 Acompanhamento financeiro de Convênios

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 2º bimestre de 2010 com 393 Convênios de Receita e 540 Convênios de Despesa vigentes.³¹

Dentre esses convênios, os mais representativos para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa de

³¹ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês de abril.

³² Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais.



Aceleração do Crescimento Econômico – PAC³³ e, entre os de Despesa, aqueles no Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios - PADEM³⁴.

Para a realização das diversas obras de infraestrutura do PAC, o Estado firmou com a União, até o 2º bimestre de 2010, o total de 76 Convênios de Receitas, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões. Desse montante, R\$ 1,4 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União e aproximadamente R\$ 1 bilhão será oriundo do Tesouro Estadual.

Dos recursos aportados pelo Tesouro do Estado, no 2º bimestre de 2010, foram empenhados em torno de R\$ 812 milhões, liquidados R\$ 120 milhões e pagos R\$ 10 milhões, destinados 69% às áreas de Habitação e cerca de 31% à área de Saneamento.

Com relação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios – PADEM / Somando Forças, encontram-se vigentes 129 convênios, beneficiando 77 Municípios, sendo que até este bimestre o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de R\$ 405 milhões, que serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente obras de infraestrutura. Neste período, foi empenhado o montante aproximado de R\$ 69 milhões, liquidados R\$ 54 milhões e pagos R\$ 49 milhões. Comparativamente o 2º bimestre superou o anterior em 230%, 450% e 817%, respectivamente.

Nos demais Convênios de Despesa, foram estabelecidos 411 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Neste bimestre, foram empenhados cerca de R\$ 181 milhões, liquidados R\$ 139 milhões e pagos R\$ 126 milhões.

³³Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

³⁴ Decreto nº 28.308/01, de 10 de maio de 2001.

Os resultados já alcançados pelo Programa Estadual de Captação e Gestão de Recursos para Municípios – PECAM e da coordenação proporcionada pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP-Rio)³⁵ podem ser mensurados pela adesão de 71 dos 92 municípios fluminenses, sendo que destes 32% começaram a obter benefícios, tais como: a retomada da captação de recursos e a solução de antigos problemas de inadimplência. A expectativa do EGP-Rio é implementar o PECAM, em no mínimo, 80% das cidades que aderiram ao Programa, até o fim do ano.

Figura 1


V.9. Sistema de Gestão de Qualidade na Subsecretaria de Finanças

Buscando efetivar uma modernização institucional, a Subsecretaria de Finanças (SUBFIN) iniciou o processo de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade com a finalidade de obter o certificado da norma NBR ISO 9001:2008.

O Sistema de Gestão da Qualidade proporcionará inúmeros benefícios à SUBFIN, tais como: melhor planejamento e controle das rotinas de trabalho, eliminando passos desnecessários; a padronização das tarefas e definição de responsabilidades, com objetivo de obter maior segurança e agilidade nas atividades desenvolvidas; a criação de um sistema de controle para a identificação e tratamento de falhas verificadas durante o processo; e a formalização dos procedimentos para possibilitar maior transparência das atividades desempenhadas.

Para alcançar os benefícios oferecidos com o referido Sistema, está sendo instituído na SUBFIN o método de gestão por processos, cuja principal característica do gerenciamento por processos consiste em passar o foco do

³⁵ Coordenação vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, sítio eletrônico: www.eprj.rj.gov.br.



controle de qualidade dos serviços prestados pelo técnico/servidor para o fluxo de informações e, principalmente, para a execução dos seus processos e procedimentos.

Cabe elucidar que, para viabilizar o gerenciamento por processo, faz-se uso do workflow, que se traduz na sequência de passos necessários para que se possa atingir a automação de processos de negócio, de acordo com um conjunto de regras definidas, envolvendo a noção de processos, permitindo que estes possam ser transmitidos de uma pessoa para a outra de acordo com algumas regras. Deste modo, torna-se mais fácil o controle das atividades desempenhadas na SUBFIN, com o fito de atingir a qualidade pretendida.

A iniciativa de modernização institucional abarca, ainda, o investimento na capacitação dos servidores da Subsecretaria de Finanças, com o objetivo de assegurar que o serviço público seja prestado com eficiência e eficácia. Sendo assim, para viabilizar a (re)qualificação dos técnicos da SUBFIN, têm sido oferecidos cursos em diversas áreas de finanças públicas, como, por exemplo: orçamento público, contabilidade pública, matemática financeira, estatística, dentre outros.

Além disso, encontra-se englobado neste projeto, a busca pela mitigação do risco operacional com o intuito de assegurar a disponibilidade, a integralidade e a confiabilidade das informações prestadas. Essa meta será alcançada mediante o fornecimento de recursos tecnológicos estruturados para a otimização das planilhas utilizadas na SUBFIN.

Desta forma, com redução do risco operacional, o Tesouro poderá tomar decisões gerenciais em padrão mais técnico e seguro, garantindo maior segurança aos negócios; obterá uma visão detalhada dos problemas operacionais que ocorrem; alcançará a excelência no desempenho de suas funções institucionais e, ainda, desfrutará de um controle eficiente, mensurado e checado pelos órgãos de controle, o



que aumentará a credibilidade desta Pasta perante a sociedade, o mercado e os organismos internacionais.

Ainda, nesse contexto, foi definida a política da qualidade da Subsecretaria de Finanças, a qual se encontra diretamente correlacionada ao Plano de Metas e Diretrizes de 2010 da Secretaria de Estado de Fazenda.

Sendo assim, estabeleceu-se que, de acordo com a referida política da qualidade, a SUBFIN busca permanentemente a excelência na formulação, na execução e na avaliação da gestão dos recursos públicos, atendendo as seguintes diretrizes: manter a elevada competência dos funcionários; aprimorar a infraestrutura institucional; assegurar a conformidade com os requisitos; e ser ágil e transparente na prestação de contas à sociedade civil.

Cabe, também, ressaltar que esta é uma iniciativa ímpar da SUBFIN, uma vez que esta Pasta é um dos poucos exemplos de órgãos financeiros a almejar esta certificação.

Assim, resta evidente que a Subsecretaria de Finanças vem buscando, incessantemente, garantir maior transparência em seus processos de trabalho, bem como nas informações disponibilizadas à sociedade, em consonância com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. E, conforme ficou comprovado, com a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, a meta pretendida será mais facilmente atingida.